

Relatório&Contas 2023

Construções
Gabriel Á. S. Couto SA

www.gabrielcouto.pt



GABRIEL COUTO

ÍNDICE

MENSAGEM

01 RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1.1 Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. — Perfil
- 1.2 Relato de Informação Financeira de 2023
- 1.3 Relato de Informação Não Financeira de 2023
- 1.4 Relato da Atividade em 2023
- 1.5 Factos Relevantes Ocorridos após a Conclusão do Período
- 1.6 Perspetivas para o Ano 2024
- 1.7 Outras Informações Relevantes
- 1.8 Gestão do Risco
- 1.9 Agradecimentos
- 1.10 Proposta de Aplicação de Resultados

02 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

- 3.1 Demonstrações Financeiras
 - 3.1.1 Balanço
 - 3.1.2 Demonstração dos Resultados
 - 3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - 3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- 3.2 Anexo

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 4.2 Certificação Legal de Contas

MENSAGEM

O ano de 2023, como todas as análises previam, foi um ano de crescimento significativo do nosso setor da construção, em particular da área de Engenharia Civil. O início de vários projetos enquadrados no PRR foram fundamentais para esse crescimento, bem como a construção de edifícios residenciais promovidos pelos privados.

A expectativa é que esse crescimento se acentue nos próximos anos, por força dos investimentos públicos publicitados – ferrovia, Alta Velocidade e programa de habitação social – que suportarão uma expectável redução no investimento imobiliário privado.

A concentração destes investimentos num período relativamente curto, não pode deixar de preocupar o nosso setor, que nos passado já viveu situações semelhantes e que no fim daquele curto, mas intenso período, não deixaram de aparecer graves distorções no normal funcionamento das empresas. Assim, espera-se que o plano de investimentos decorra num período adequado à dimensão real das empresas portuguesas, ou o que teremos será a chegada de grandes construtoras europeias, a acrescentar às que já cá estão, acabando por sequestrar uma fatia enorme desses projetos, dada a enorme capacidade financeira dos mesmos, capazes de provocar um claro dumping orçamental que conduzirá a uma baixa de preços que a maior parte das empresas portuguesas não poderão, nem deveriam, acompanhar.

Construir português é também uma exigência de soberania.

Para a Gabriel Couto o ano de 2023 foi também de crescimento, em volume de negócios mais cerca de 18% e da rentabilidade ainda num valor mais significativo. Isto, apesar duma importantíssima frente de trabalho – o projeto da Oil & Gás, em Moçambique, para a TOTAL – se manter praticamente suspenso, o que retirou ao volume de negócios previsto para a Gabriel Couto no ano de 2023, cerca de 40 M€. Espera-se a retoma daquele projeto no segundo semestre de 2024.

A carteira de obras atual permite-nos prever um crescimento para 2024 em linha com o obtido em 2023 e, caso aquele projeto em Moçambique arranque, um crescimento ainda mais significativo.

Por último, não queremos deixar de manifestar o nosso apreço a todos os nossos colaboradores, que deixam todos os dias a marca da Gabriel Couto nos projetos que desenvolvemos.

De igual forma, endereçamos os nossos agradecimentos a todas as entidades – clientes, fornecedores e entidades financeiras – pela confiança que depositam na nossa capacidade de criar valor para todos.

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Gestão e Contas, que refletem a atividade econômica e financeira e não financeira da nossa sociedade durante o exercício de 2023.

1.1 CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A. — PERFIL

Identificação da sociedade

Designação da Entidade: Construções Gabriel A. S. Couto, SA

Sede: Rua S. João de Pedra Leital, 1000 – 4770 -464 Vila Nova de Famalicão

Natureza da atividade: Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.

Certificações

O crescente nível de exigência dos clientes, o reconhecimento das competências organizacionais, a diminuição dos riscos laborais, a proteção ambiental e o cumprimento do acervo legal nacional e comunitário aplicável à nossa atividade, têm sido os vetores que suportam a necessidade de sistemas de gestão orientados para os processos e para a sua melhoria contínua, dentro da Gabriel Couto.

Neste alinhamento, e dando cumprimento à estratégia seguida temos os seguintes sistemas implementados e certificados:



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria Helena Freitas Couto
Secretário: Alcino Alves Correia da Cruz

Conselho de Administração

Presidente: Carlos Alberto Freitas do Couto
Administradores: António Gabriel Freitas Couto
Avelino Jorge da Silva Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente: José Luis Pinto de Azevedo
Vogal: Maria Gabriela Freitas Couto
Alcino Alves Correia da Cruz
Marta Liliana Gomes Veiga

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados SROC
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por João Carlos do Sul Ribeiro – ROC
Suplente: António Serra Cruz – ROC

Apresentação e História

Com a sua fundação em 1948, a Gabriel Couto começou cedo a investir forte numa estratégia de expansão e diversificação em novas áreas de negócio, participando, à época, diretamente em diversas empresas que gradualmente lhe permitiram a entrada e sequente expansão em novos mercados da fileira da Construção e Obras Públicas.

O Grupo Gabriel Couto está hoje fortemente implantado em Portugal e além-fronteiras. Para além da construtora sediada em V.N. de Famalicão, tem participações na COMASA, geotecnia, reabilitação e reforço de estruturas; ABRICAL, exploração de pedreiras e britagem; a PARQF, exploração de parques de estacionamento; EUROSCUT, Sociedades Concessionárias das SCUTS do Algarve, Norte Litoral e Açores. Paralelamente a todas estas áreas, está também na promoção imobiliária, onde a empresa tem, historicamente, uma presença significativa, mantendo uma relação especial com a empresa PONTALTA, fundada em 1974, com uma estrutura acionista comum.

No plano da internacionalização, a empresa tem participações em sucursais espalhadas por África, em países como Angola, Moçambique, Gana, Zâmbia, Senegal e Cabo Verde, bem como na América Central, nas Honduras, na Nicarágua e em El Salvador, países onde desenvolve ou desenvolveu diversos projetos, quase todos financiados pelas mais importantes multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Soberano dos Estados Unidos (MCC), entre outros.

No seu plano estratégico de diversificação, o Grupo Gabriel Couto encontrou, assim, uma forma adequada para uma resposta positiva aos muitos e complexos desafios que o setor da construção e do desenvolvimento económico enfrentam em tempos muito conturbados e com a economia mundial em permanentes convulsões.

A sua identidade organizacional representada pela Missão, Visão e Valores são o propósito do Grupo. Cresceram para assegurar uma correta resposta às exigências dos clientes como garante da sua missão de uma forma sustentada, com qualidade, através de recursos qualificados, diferenciadores e inovadores. Rigor, integridade, transparência, eficiência, sustentabilidade, ética e a inovação são os valores que sustentam dignamente a História da Gabriel Couto, enquanto a visão passa, sobretudo, por manter uma referência de prestígio na área da construção civil e obras públicas e assegurar a melhoria contínua dos seus processos, níveis de rentabilidade e a criação de valores.

O setor de engenharia da Gabriel Couto é altamente qualificado e considerado capaz de ombrear com a concorrência de países mais desenvolvidos e, como tal, é reconhecido internacionalmente como uma empresa de excelência.

Missão e valores

Visão — Do que queremos ser no futuro

Ser uma referência de prestígio na área da construção civil e obras públicas, reconhecidos por gerir e desenvolver o talento e as competências dos seus trabalhadores como fator competitivo e diferenciador, assegurando desta forma a melhoria continua dos seus processos, dos níveis de rentabilidade e da criação de valor.

Missão — A nossa razão de existir

Assegurar uma correta resposta às exigências dos clientes, sempre de uma forma sustentada, com qualidade e rigor, e através de recursos qualificados diferenciadores e inovadores, de forma a permitir uma rentabilidade de negócio atrativa.

Valores — Valores que sustentamos

Os valores da Gabriel Couto são o Rigor, a Integridade, a Transparência, a Eficiência, a Sustentabilidade, a Ética e a Inovação.

Código de Ética e Conduta e Sistema de Compliance

No cumprimento do disposto na legislação aplicável, a Gabriel Couto tem em vigor a Política de Integridade, onde inclui, nomeadamente o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o seu Código de Conduta e Ética e regula o tema da proteção de denunciantes. Durante o ano de 2023 foi publicado o primeiro relatório de execução da Política de Integridade, com referência ao ano de 2022.

A Política de Integridade tem como propósito definir os princípios de atuação e deveres aplicáveis aos trabalhadores da Gabriel Couto e outros parceiros com vista a prevenir a prática de atos ilícitos, nomeadamente crimes de corrupção, de branqueamento e de financiamento do terrorismo, e a promover a ética, a integridade e a transparência na realização de negócios, assegurando o cumprimento da legislação e dos regulamentos em vigor.

A Política de Integridade é aprovada pelo Conselho de Administração, será periodicamente revista e é divulgada a todos os colaboradores, tratando-se de um documento de leitura obrigatória, e está disponível no sítio da internet da Gabriel Couto.

Esta Política reforça a política de tolerância zero relativamente a práticas de corrupção ou suborno, clarifica a proibição de pagamentos de facilitação e detalha os princípios relacionados com a prevenção de conflitos de interesses, donativos e patrocínios, contribuição para partidos políticos e prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, assim como as orientações no que diz respeito à integridade de terceiros, ao relacionamento com pessoas politicamente expostas, à aceitação e atribuição de ofertas e de convites para eventos e à monitorização de sanções internacionais.

É de realçar que o Código de Conduta e Ética estabelece o conjunto de princípios, valores e regras de atuação de todos os dirigentes e trabalhadores em matéria de ética profissional, tendo em consideração as normas penais referentes à corrupção e às infrações conexas e os riscos de exposição da entidade a estes crimes.

No âmbito do Código de Conduta e Ética são identificadas as condutas intoleráveis, nomeadamente:

- Discriminação em função da idade, gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença religiosa e política, classe social, condição de portador de deficiência;
- Recurso a trabalho infantil;
- Recurso a práticas de trabalho forçado;
- Práticas ilícitas;
- Não respeito pela proteção dos dados pessoais;
- Divulgar informação confidencial e/ou privilegiada;
- Uso de substâncias psicoativas nas instalações da Gabriel Couto e ao serviço da Gabriel Couto;
- Tratamento preferencial a qualquer cliente ou fornecedor;
- Utilizar informação da Gabriel Couto para proveito próprio;
- Exercer atividade profissional externa que conflitue com os interesses da Gabriel Couto e/ou que interfira com as suas obrigações.

No Código de Conduta e Ética são identificadas as sanções disciplinares que, nos termos da lei, podem ser aplicadas em caso de incumprimento das regras nele contidas e as sanções criminais associadas a atos de corrupção e infrações conexas.

No ano de 2023 não foram registadas quaisquer infrações ao Código de Conduta e Ética.

Adicionalmente, e de acordo com os requisitos legais, a Política de Integridade designa o Responsável pelo Cumprimento Normativo, neste caso o Provedor da Política de Integridade, e disponibiliza um canal específico para apresentação de denúncias neste âmbito.

Em 2023, não foram recebidas quaisquer denúncias nem identificadas quaisquer operações suspeitas.

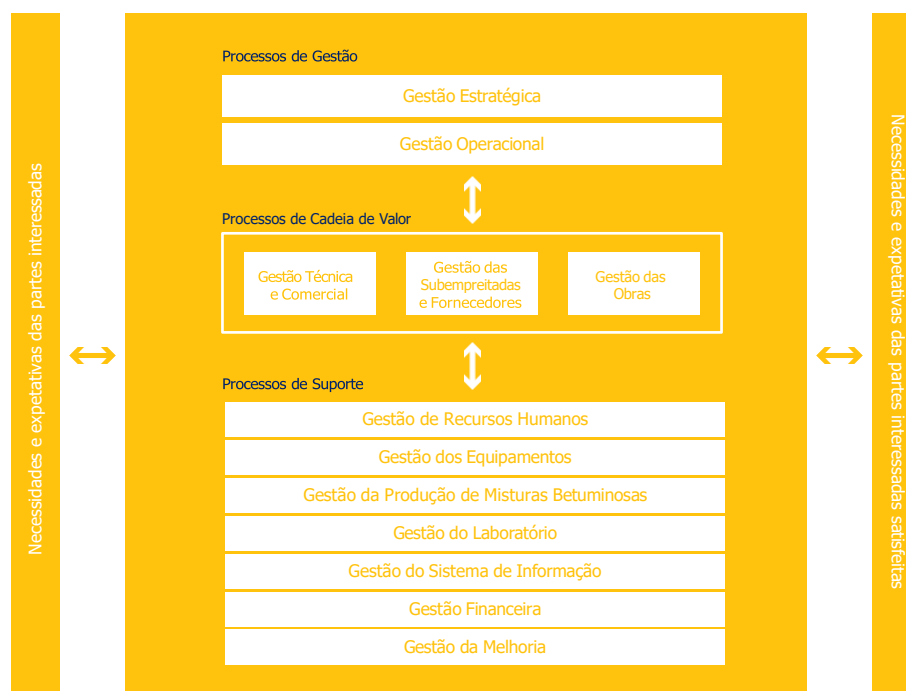
No âmbito da apresentação de denúncias, a Política de Integridade reforça os princípios de não retaliação e da confidencialidade.

A Política de Integridade está coordenada com Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, que se desdobra e é a base dos vários instrumentos de gestão, nomeadamente o orçamento anual e prestação de anual de contas, que inclui o relatório de gestão, que acabam por ser as ferramentas executivas de implementação das boas regras de compliance.

Organização

A Gabriel Couto está organizada funcionalmente com base em departamentos competindo à Administração assegurar o cumprimento das diretrizes do sistema de gestão, nomeadamente através do cumprimento dos requisitos legais, contratuais, normativos, e outros definidos internamente, aplicáveis, disponibilizando para isso os recursos necessários.

A Gabriel Couto utiliza um sistema de gestão orientado por processos designado por Modelo de Processos:



Esta rede de processos foi definida de acordo com os princípios da identidade organizacional – visão, missão e valores – e para dar resposta à política de gestão e objetivos estratégicos, indo de encontro a toda a cadeia de valor da organização.

1.2 RELATO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA DE 2023

Enquadramento Macroeconómico e Setorial

Nos últimos anos as preocupações e os recursos foram principalmente direcionados para a minimização dos impactos resultantes de fenómenos conjunturais, como foram a pandemia COVID-19 e o colidir da guerra da Ucrânia com sequências nas cadeias de fornecimento, resultando num processo inflacionista que só recentemente está a dar mostras de abrandamento. A competitividade das economias parece ter voltado a estar no centro das atenções, em particular, a necessidade de foco no investimento que permita a incorporação da rápida evolução tecnológica nos tecidos produtivos.

Em 2023 a economia mundial apresentou uma redução do seu crescimento +3,0% em contraste com o verificado no ano anterior que foi de +3,5%. Esta tendência de crescimento foi particularmente sentida nas economias desenvolvidas (+1,6%), sendo de destacar o modesto crescimento na Zona Euro (+0,5%) e no Reino Unido (+0,1%), enquanto nas economias emergentes e em desenvolvimento o crescimento se manteve (+4,0%) com destaque para o crescimento da China (+5,2%), Índia (+7,5%) e da Turquia (+4,5%).

Em Portugal assistiu-se, em 2023, a um crescimento do PIB (+2,3%) bastante inferior ao verificado no ano anterior (+6,8%), mas superior ao verificado na Zona Euro. Para esta evolução muito contribuiu o aumento das exportações (4,2%) e a formação bruta de capital fixo (+2,4%).

Quanto ao setor da Construção, o ano de 2023 foi marcado por mais um ano de crescimento, na produção (+3,4%), no consumo de cimento (+1,8%) e do emprego (+8,3%). O principal motor de crescimento em 2023 foi, mais uma vez, a engenharia civil (+5,0%) e os edifícios residenciais (+3,0%), verificando-se um aumento mais reduzido nos edifícios não residenciais (+0,7%).

Principais indicadores da atividade em 2023

A empresa registou em 2023 um valor de vendas e prestação de serviços de 123,1 M€, das quais 37,0 M€ no mercado externo (30,0% do total).

valores em M€			
Carteira de Obras	2023	2022	Var.
Nacional	86,1	81,6	5,4%
Exportação (Sucursais)	37,0	22,5	64,1%
Moçambique	3,5	2,9	23,6%
Zâmbia	0,4	1,4	-72,5%
Gana	31,5	17,0	85,3%
Honduras	1,6	0,7	122,9%
El Salvador	0,0	0,6	-99,5%
Total	123,1	104,2	18,1%

A atividade em Portugal teve um aumento em 2023 face a 2022 em 5,4%, sendo os principais contributos as obras de construção civil (Quinta do Pinheiro, Quinta da Ombria e Lactogal) e obras de infraestruturas rodoviárias (EN14 – Maia/Trofa 2ª Fase).

No ano de 2023 verificou-se um forte aumento da atividade internacional (+64,1%), com principal destaque para a obra de infraestrutura rodoviária do Gana, onde se verificou uma quase duplicação da atividade. No mercado de Moçambique, continuam a existir limitações ao arranque em pleno da obra da CCSJV (LNG – Área 1), uma obra de infraestruturas rodoviárias.

Recursos humanos

O número médio de trabalhadores em 2023 em Portugal foi de 394, 48 em Moçambique, 18 na Zâmbia, 3 nas Honduras e 261 no Gana.

É preocupação da empresa que a todos eles sejam facultadas ações de formação, reforçando e dotando-os de novas competências, com o objetivo de melhorar continuamente o desempenho e a qualidade do trabalho prestado.

Políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente

A empresa possui políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente perfeitamente definidas e certificadas pela APCER.

Esta é uma inequívoca vontade e orientação da administração da empresa, ciente da sua importância como instrumento do sucesso da nossa organização.

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de caráter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 216 186 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de caráter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

Breve análise económica e financeira

O ano de 2023 permitiu um forte aumento do volume de negócios para 123,1M€ devido principalmente à atividade internacional. Este aumento de atividade contribuiu para um aumento do EBITDA para 12,5M€. Esta melhoria de resultados, apesar de condicionada pelo forte aumento das taxas de juro, o que se traduziu num aumento dos custos de financiamento, permitiu um forte aumento dos resultados líquidos para um valor positivo de 3,0M€.

	2023	2022	2021	2020	2019
Principais indicadores financeiros					
Volume de Negócios	123,1	104,2	103,8	102,9	131,0
MEP e imparidades	1,4	0,2	0,2	0,0	-0,1
EBITDA	12,5	7,7	9,1	7,7	9,6
Resultados Financeiros	-5,3	-3,4	-4,0	-2,9	-3,8
Resultado Líquido	3,0	0,2	0,4	1,1	2,1
Principais rácios da atividade					
Autonomia Financeira	22,4%	21,7%	22,1%	23,3%	16,9%
Liquidez Geral	1,171	1,195	1,293	1,216	1,151
Dívida Líquida / EBITDA (a)	3,0	5,1	2,8	3,8	2,6

a) Em 2003 verificou-se uma alteração de procedimentos de cálculo dos financiamentos obtidos, com a inclusão de factoring. Nos anos de 2019—2022 procedeu-se ao cálculo proforma deste valor com base no procedimento de 2023

No que respeita aos rácios mais relevantes da atividade, realçamos um ligeiro aumento da autonomia financeira para 22,4%, uma redução do rácio de liquidez geral para 1,17 e uma melhoria do rácio Dívida Líquida/Ebitda para x3,0 quando comparado com o proforma para o ano anterior.

Situação perante o Estado e a Segurança Social

A empresa mantém com o Estado e a Segurança Social a situação perfeitamente regularizada.

1.3 RELATO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA DE 2023

Tendo em vista a preparação do processo de implementação da diretiva CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), uma diretiva da União Europeia, que impõe obrigações de reporte de informação de natureza ESG (Environment, Social, Governance), a Gabriel Couto considerou relevante a divulgação das ações que desenvolveu no ano de 2023 no âmbito da sustentabilidade, nomeadamente em termos de ambiente, social e governança.

Com o presente relato de informação não financeira a empresa pretende divulgar as suas políticas de responsabilidade social e permitir às partes interessadas (stakeholders) uma maior transparência na análise do desempenho da empresa e do seu impacto na sociedade, contribuindo, desta forma, para reforçar a sua confiança.

Durante o ano de 2024 ir-se-á desenrolar o processo de adaptação às normas ESRS (European Sustainability Reporting Standards) que foram criadas com o objetivo de uniformizar a divulgação de informação de sustentabilidade, de uma forma global e entre setores, e que constituem uma ferramenta de apoio ao reporte de informação de sustentabilidade, sendo a sua utilização de carácter obrigatório na legislação europeia, que no caso da Gabriel Couto, será a partir de 2026. Este processo será realizado por etapas:

- Realização de ações de formação e consciencialização para a Administração e Chefias Intermédias, sobre o CSRD;
- Consolidação do Modelo Organizacional para Gerir a Sustentabilidade e identificação das Partes Interessadas relevantes;
- Reflexão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a influenciar e análise dos respetivos Objetivos, com participação das Partes Interessadas;
- Reflexão sobre as metodologias para definir a Dupla Materialidade e sua aplicação, identificação dos Temas Relevantes;
- Consolidação dos temas a enquadrar no CSRD;
- Análise da Due Diligence;
- Análise da Taxonomia Ambiental e classificadas as atividades;
- Gerir os KPIs datapoints;
- Emissão do Relatório de Sustentabilidade.

A par da emissão do relatório de sustentabilidade, a empresa pretende implementar o cálculo da pegada de carbono, bem como, iniciar o processo de avaliação do seu sistema de gestão à luz dos critérios de sustentabilidade.

COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

O atual modelo de gestão por processos prevê as seguintes formas de comunicação com os grupos de partes interessadas:

Partes Interessadas / Formas de Comunicação

Acionistas

Contacto com os Administradores /Direções através de email ou reuniões

Cliente

Notificações via email, carta ou reuniões

Colaboradores

1. Contactos pessoais 2. Fichas de aptidão para o trabalho (FAT) 3. Registos de formação individual

Comunidade / Vizinhança

Notificações via email ou carta

Dono de Obra

Notificações via email, carta ou reuniões

Entidades Bancárias

Notificações via email, carta ou reuniões

Entidades reguladoras e fiscalizadoras no âmbito da marcação CE e produtos da construção (ASAE, DGAE, APCER, IPQ)

Relatórios de Auditoria, notificações via email ou carta.

Fiscalização e Coordenação da Segurança / Ambiente

Notificações via email, carta ou reuniões Registos de não conformidade Relatórios de visitas de obra

Fornecedores de Gestão de Resíduos

Inquérito enviado aos fornecedores, notificações via email ou carta

Fornecedores de produtos para incorporação em obra e matérias-primas para produção de misturas betuminosas

Notificações via email, carta ou reuniões

Fornecedores e Subempreiteiros

Contacto com a Direção de Obra através de email, reuniões ou visitas presenciais dos técnicos

IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção)

Notificações via email ou carta

Outras entidades Oficiais (ECT, APA, CCDR, Câmaras Municipais, ANEPC, DGS)

Notificações via email ou carta. Relatórios.

Projetista

Notas de reunião de obra, emails.

Seguradoras / Bancos

Notificações via email, carta ou reuniões

Utilizadores finais das obras

Notificações via email, carta ou reuniões através do cliente

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos 193 países das Nações Unidas em 2015, têm como ambição “não deixar ninguém para trás”, através do estabelecimento de uma linguagem comum para todos os stakeholders, fixam metas de sustentabilidade, com foco em áreas críticas para a humanidade, e estruturam-se em torno de 5 Princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países — desenvolvidos e em desenvolvimento — para uma parceria global. Os ODS reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico — ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas.

No Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Portugal identifica como prioridades estratégicas os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): 4 — Educação de qualidade, 5 — Igualdade de género, 9 — Indústria, inovação e infraestruturas, 10 — Reduzir as desigualdades, 13 — Ação climática e 14 — Proteger a vida marinha. Segundo o Relatório Anual 2023 do Observatório dos ODS nas Empresas Portuguesas, Portugal atingiu a posição 18/166 em termos de desenvolvimento sustentável com rating de 80/100.

A sustentabilidade é encarada na Gabriel Couto como um desafio estratégico. Esse desafio consiste tanto na minimização dos riscos decorrentes de questões ambientais, sociais e aspetos de governança, como na maximização das oportunidades resultante da necessidade de adaptação aos processos de transições em curso que afetam o setor da construção, nomeadamente, nas vertentes da digitalização, da energia e ambiente e do social.

Para a Gabriel Couto, ser sustentável significa a busca ativa de objetivos como o uso responsável dos recursos naturais, tanto em suas próprias operações quanto nas operações de seus respetivos clientes, bem como respeitar os direitos sociais nos seus mercados de atuação.

Tendo como benchmarking os ODS identificados pelas principais empresas de construções em Portugal é possível constatar que a Gabriel Couto contribui para vários, sendo de destacar as prioridades identificadas no quadro seguinte.

GOVERNANÇA



- Ética e conduta: Política de integridade e canal de denúncia
- Promoção da igualdade: empoderamento das mulheres
- Gestão do risco: minimização dos impactos / identificação de oportunidades

SOCIAL



- Organização interna: incentivo à inovação
- Gestão de talento: promoção da atração e retenção de talento
- Eficiência: incentivo ao aumento da produtividade
- Segurança e saúde: formação, sensibilização e auditorias
- Relação com clientes: incentivo à criação de valor
- Relação com fornecedores: promover as parcerias
- Relação com as comunidades: participação em ações de sensibilização e de partilha de conhecimento

AMBIENTE



- Adaptação às alterações climáticas: produção de energia renovável
- Economia circular: implementação de inovações em termos de recuperação de resíduos
- Inovações sustentáveis: identificação de alternativas que permitam promover a incorporação tecnológica e reduzir emissões

CONFORMIDADE COM ACORDOS INTERNACIONAIS

A Gabriel Couto desenvolve a sua atividade em conformidade com os acordos internacionais, bem como, a legislação nacional e internacional.

ÉTICA E CONDUTA

A Gabriel Couto tem implementada uma Política de Integridade, consubstanciada num Código de Conduta e Ética, plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e num canal de denúncias (whistleblowing).

A presente Política tem como propósito definir os princípios de atuação e deveres aplicáveis aos trabalhadores da Gabriel Couto e outros parceiros com vista a prevenir a prática de atos ilícitos, nomeadamente crimes de corrupção, de branqueamento e de financiamento do terrorismo, e a promover a ética, a integridade e a transparência na realização de negócios, assegurando o cumprimento da legislação e dos regulamentos em vigor.

A política de integridade é considerada essencial para a proteção e desenvolvimento dos valores e da reputação da Gabriel Couto, tendo como esteios essenciais de atuação a responsabilidade, respeito e compromisso com os valores humanos.

Comunicado a todos os colaboradores com a indicação expressa da obrigatoriedade do seu cumprimento, o Código de Ética e Conduta encontra-se disponível no site <https://www.gabrielcouto.pt>.

RECURSOS HUMANOS

O trabalhador é a base da nossa empresa, é a energia que a movimenta para a sua missão, CONSTRUIR.

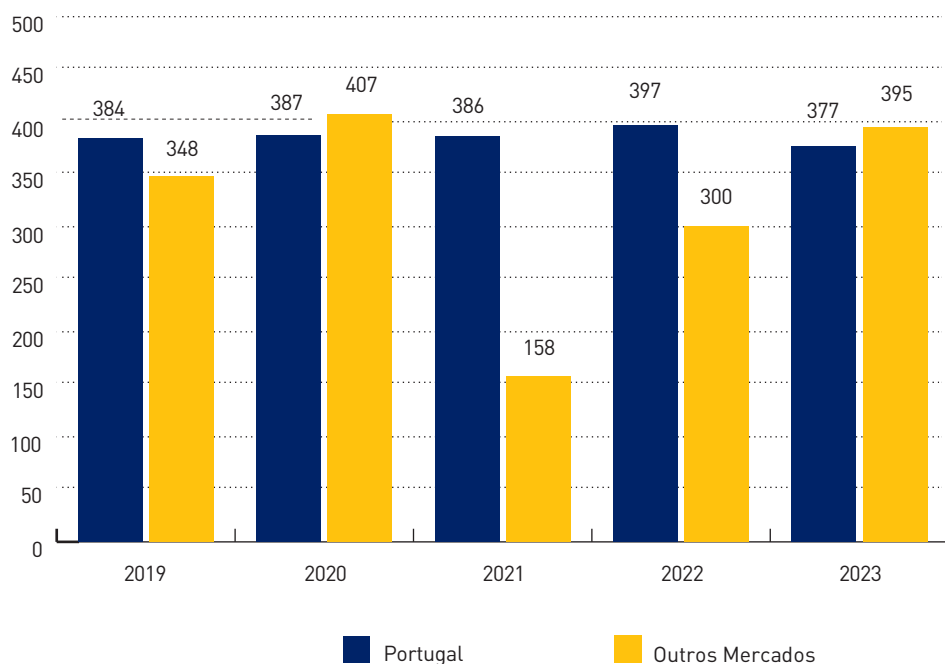
Longos são já os anos de existência da empresa por onde já passaram muitas pessoas, tendo todas elas contribuído para o seu enriquecimento, para a sua mudança e para a sua continuidade.

As nossas pessoas têm um traço distintivo de dedicação, resiliência, gosto pelo trabalho, pela empresa e sentido de responsabilidade. Reflexo disso são os mais de 100 trabalhadores, que já têm mais de 25 anos de permanência na empresa.

Estamos presentes em vários Países e também aí as pessoas são o bem maior da empresa. Continuamos a construir o futuro com todos eles, certos de que as pessoas fazem a diferença.

A base do sucesso é o respeito por cada um, pelas suas diferenças e pela capacidade de as aglutinar num objetivo comum.

A Gabriel Couto prossegue a adequação do número de colaboradores às atividades levadas a cabo nos diversos mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos.



No final de 2023 o número de colaboradores registou um acréscimo de 10,8% face a 2022, tendo Portugal registado, no entanto, um decréscimo de 5% e os mercados externos um forte aumento de 31,7%. Este aumento foi reflexo, sobretudo, da retoma da atividade em Moçambique e no forte incremento de atividade no Gana.

A Gabriel Couto sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos colaboradores e colaboradoras, com respeito pelos seus direitos humanos e laborais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos, adotando as boas práticas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Como evidências destas preocupações está o facto das remunerações em 2023 cumprirem com os requisitos exigidos pela Autoridade das Condições do Trabalho para a igualdade das remunerações, bem como, a comemoração no dia 8 de Março o dia internacional da Mulher, tendo sido dada ênfase à importância na igualdade nos desafios e oportunidades e no respeito e possibilidade de crescimento na empresa.

Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Gabriel Couto. As suas práticas empresariais protegem os direitos laborais e promovem ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores.

Proteção e promoção da saúde e segurança

A segurança tem como fator essencial a prevenção dos acidentes na proteção dos indivíduos.

Nos primórdios da construção civil muitas foram as vidas que se perderam por falta de procedimentos e cuidados na produção em contexto de obra. Com os tempos, maiores cuidados foram alicerçando uma política de segurança nas empresas, tendo já como preocupação o bem-estar e a preservação das vidas.

Na Gabriel Couto, a Segurança e Saúde dos Trabalhadores, é uma pedra basilar no desenvolvimento da sua atividade alicerçada em recursos humanos em constante formação, de modo a alcançar os nossos objetivos com o empenho e dedicação de toda a organização.

Acreditamos que, o foco na criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável, fomenta o desenvolvimento das competências dos nossos recursos humanos.

A Gabriel Couto tem desenvolvido iniciativas no âmbito da segurança como sejam:

- Como forma de potenciar a sua política de prevenção de acidentes de trabalho, a Gabriel Couto implementou o “**Momento Segurança**” relativo à temática de segurança, saúde e higiene no trabalho. Esta formação será ministrada semanalmente a todos os trabalhadores em obra, terá a duração máxima de dez minutos e a presença de todos os trabalhadores é obrigatória.
- Foi assinalado no dia 28 de Abril o dia Mundial da Segurança com o lema “**Porque a segurança não é uma escolha mas sim uma obrigação. Todos temos de fazer parte da segurança. Porque o primeiro responsável da tua segurança ÉS TU**”.

Principalmente nos mercados africanos onde opera a Gabriel Couto tem procurado desenvolver a sua responsabilidade social, como é o caso “Consciencialização do Cancro de Mama e Educação na Comunidade Donpim” no Gana.

O mês de Consciencialização do Cancro da Mama em outubro, é um momento para caminhar juntos e para aumentar a consciencialização; promover a educação, o rastreio e a deteção; angariar fundos, homenagear os mortos e apoiar pacientes e sobreviventes. A Positive Promotions tem orgulho de ajudar a educar e também apoiar os pacientes com cancro da mama, com uma grande seleção de produtos promocionais e recursos educacionais. Trabalhando juntos, podemos fazer

a diferença e enfrentar o desafio de encontrar uma cura!

Qual é o propósito da consciencialização sobre o cancro de mama? O cancro da mama é o cancro mais comum em mulheres em todo o mundo. Outubro é o mês de Consciencialização sobre o Cancro da Mama, uma campanha anual para aumentar a consciência da doença. O objetivo é atrair o máximo de pessoas possível envolvida na sensibilização e no aumento da compreensão das mulheres sobre os seus riscos e dos sinais e sintomas que necessitam de atenção médica imediata e também para programas organizados de rastreio do cancro da mama, que podem detetar mais cedo o estágio do cancro.

Outros benefícios para colaboradores

São disponibilizados aos colaboradores da Gabriel Couto um conjunto de outros benefícios.

A Empresa disponibiliza seguros de saúde aos seus colaboradores de acordo com critérios definidos, bem como, um seguro de vida e acidentes pessoais que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte e invalidez, que complementam, assim, as proteções obrigatórias aplicáveis, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

É disponibilizado aos colaboradores um conjunto de protocolos e parcerias com entidades externas, em diversas áreas de atuação, tais como banca, ginásio e oculista, permitindo o acesso dos colaboradores a bens e serviços em condições de mercado mais vantajosas.

De modo a dar um contributo para uma maior compatibilização entre a via pessoal e profissional, foi implementado em 2023 a possibilidade em optar por uma alteração dos horários de trabalho.

Qualificação para a expressão do talento: desenvolvimento e formação

Guiada pela sua visão — “...gerir e desenvolver o talento e as competências dos seus trabalhadores como fator competitivo e diferenciador...” — a Gabriel Couto tem como uma das suas principais preocupações a valorização dos seus colaboradores através da promoção do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Como resultado dessa política foram implementadas ações de formação internas/externas que permitem:

- Uniformização de procedimentos e divulgação de boas práticas;
- Desenvolver o potencial de talento dos seus colaboradores;
- Fomentar lideranças fortes;
- Promover a inovação e a adaptação às novas ferramentas tecnológicas (como é o caso do BIM —Building Information Modelling).

Em 2023 o número de horas de formação foram de 1.150 e foram extensíveis a 268 formandos.

Tipo formação	Nº Horas	Nº Formandos
Externa	861	95
Interna	290	173
TOTAL	1150	268

A Gabriel Couto tem procurado desenvolver ações que permitem disseminar a cultura da empresa. Assim, como forma de divulgação das atividades desenvolvidas pela empresa foram promovidos os seguintes meios de comunicação:

- Exposição fotográfica na sede: permite a partilha de perspetivas e experiências.
- “iGASC”: uma plataforma de comunicação interna.

DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO

Tendo em conta que as suas atividades têm repercussão no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde opera, a Gabriel Couto atua para potenciar os seus impactos positivos e, por outro lado, para mitigar os negativos.

Para esse efeito, a Empresa promove uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Combate à corrupção e suborno, ao branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo

A Gabriel Couto acredita num mercado livre com um ambiente competitivo e transparente para a prestação dos seus serviços.

Desta forma, na Gabriel Couto existe tolerância zero para qualquer situação de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito ou pagamento de quaisquer benefícios contrários à presente Política, às leis e às normas regulamentares do setor.

Nesta matéria, é de destacar que a Gabriel Couto, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, implementou em 9 de Junho de 2022 o seu Código de Conduta e Ética plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, sendo que o primeiro relatório de execução foi aprovado pela administração em 28 de Abril de 2023.

Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades da Empresa

A empresa tem os seus Sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança certificados para todas as atividades pela APCER. O Sistema Integrado (Qualidade, Segurança e Ambiente) implementado está de acordo com os requisitos normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP ISO 45001 respetivamente, e tem a marcação CE no produto Misturas Betuminosas.

Ao abrigo deste sistema, são identificadas as necessidades e expectativas das partes interessadas.

Partes Interessadas / Necessidades e Expectativas

Acionistas

Lucro, crescimento da organização, alcance da meta dos objetivos definidos, manter as certificações obtidas

Cliente

Cumprimento das obrigações contratuais (Obrigações de Conformidade)

Colaboradores

Cumprimentos das obrigações contratuais, disponibilização dos recursos necessários para o exercício das funções, vigilância e aptidão para o trabalho, formação e desenvolvimento profissional (Obrigações de Conformidade)

Comunidade / Vizinhança

Cumprimento da legislação, ruído ambiente baixo, boa gestão de resíduos, preservação a manutenção da propriedade / local, geração de emprego

Dono de Obra

Cumprimento do projeto, cumprimento de prazos, produto final apresenta o desempenho esperado até ao final da vida útil (Obrigações de Conformidade)

Entidades Bancárias

Cumprimentos das obrigações contratuais (Obrigações de Conformidade)

Entidades reguladoras e fiscalizadoras no âmbito da marcação CE e produtos da construção (ASAE, DGAE, APCER, IPQ)

Cumprimentos legais e normativos (Obrigações de Conformidade)

Fiscalização e Coordenação da Segurança / Ambiente

Cumprimento dos requisitos legais, cumprimento de obrigações contratuais (Obrigações de Conformidade)

Fornecedores de Gestão de Resíduos

Cumprimento dos requisitos legais, cumprimento de obrigações contratuais (Obrigações de Conformidade)

Fornecedores de produtos para incorporação em obra e matérias-primas para produção de misturas betuminosas

Cumprimentos das obrigações contratuais, especificação clara do produto e com toda a informação disponível (Obrigações de Conformidade)

Fornecedores e Subempreiteiros

Disponibilização dos documentos de projeto relevantes para a execução da obra atempada e atualizada, condições ao nível social na empreitada, condições de segurança necessárias à execução da atividade, cumprimento obrigações contratuais, Sensibilização de acolhimento e específica para as atividades a executar (Obrigações de Conformidade), supervisão e acompanhamento técnico (SST, Ambiente)

IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção)

Cumprimento dos requisitos relativos à atividade (Obrigações de Conformidades)

Outras entidades Oficiais (ECT, APA, CCDR, Câmaras Municipais, ANEPC, DGS)

Cumprimento das obrigações de conformidade (Obrigações de Conformidade)

Projetista

Cumprimento do projeto (Obrigações de Conformidade)

Seguradoras

Cumprimentos das obrigações contratuais (Obrigações de Conformidade)

Utilizadores finais das obras

Obras que atendem às necessidades dos utilizadores

Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)

Na Gabriel Couto é reconhecida na Inovação a capacidade de criar valor, em contexto de mudança.

Assim, está em difusão uma cultura organizacional de inovação, que visa entre outros a sistematização da gestão do conhecimento — captação, produção, disseminação e valorização, aplicando-a nomeadamente para uma maior e melhor abertura para o exterior, e na expansão e valorização, aplicando-a nomeadamente para uma maior e melhor abertura para o exterior, e na expansão e diferenciação das capacidades e qualidade de produção em setores estratégicos.

Com o objetivo de continuar a promover a criação de soluções inovadoras, fomentar sinergias e estimular os colaboradores enquanto agentes de inovação, a Gabriel Couto constituiu um Grupo de Trabalho que envolve a Administração e representantes das suas áreas de negócio e áreas corporativas.

Revolucionando o Design e a Construção, o nosso Departamento BIM (Building Information Modeling) tem estado na vanguarda da revolução na forma como abordamos o projeto e a construção. Através da implementação de tecnologias de ponta e processos inovadores, não só cumpriram como superaram os padrões da indústria.

As principais conquistas são:

- A colaboração eficiente em projetos: o departamento BIM implementou com sucesso fluxos de trabalho colaborativos, garantindo comunicação e a coordenação entre as equipas de produção, equipas de projeto e equipas responsáveis pelo planeamento e pré-Construção. Esta dinâmica resultou numa maior eficiência dos processos de produção, redução de prazos e de custos.
- Precisão e exatidão: a nossa equipe alcançou níveis muito positivos de precisão e exatidão na documentação do projeto. Isto não só melhorou a qualidade dos nossos resultados, mas também minimizou erros e retrabalho.

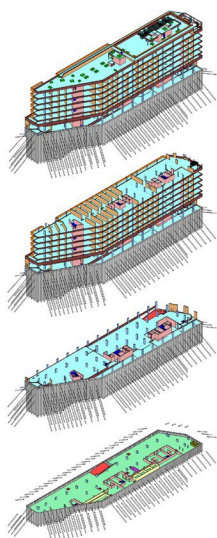
Redução de custos: através do planeamento estratégico e da análise, o departamento BIM tem desempenhado um papel crucial na identificação de oportunidades de redução de custos ao longo de vários projetos. Os seus esforços contribuíram para otimizar a alocação de recursos e racionalizar os orçamentos dos projetos.

Continuamos comprometidos em ultrapassar os limites do que é possível e entregar resultados excecionais para nossos clientes.

No âmbito da **Inovação**, com o objetivo de adaptação aos processos de transições em curso que afetam o setor da construção, nomeadamente, nas vertentes da digitalização, da energia e ambiente e do social, a Gabriel Couto desenvolveu em 2023 os seguintes projetos de inovação:

- **Desenvolvimento de solução integrada RA-BIM para comunicação e visualização em obra:** O projeto "RA-BIM" enquadra-se no âmbito de transformação digital associada ao setor da construção, propondo um novo paradigma operacional sustentado na interseção entre processos avançados Building Information Modelling (BIM) e interfaces imersivos de Realidade Aumentada (RA), aplicados à frente de obra.

Concretamente, este apresenta como objetivo fundamental a transição para uma realidade BIM-based Augmented Reality, promotora de elevados índices de eficiência e especialização. Concretamente, este visa a conceção e desenvolvimento de uma solução tecnológica que



permita a integração de metodologias BIM com interfaces de visualização imersivos, designadamente no domínio da Realidade Aumentada, para a utilização destes modelos na frente de obra. Este objetivo traduz-se em última instância, na exponenciação da especialização do processo construtivo; na qualidade de informação na tomada de decisão na frente de obra; na redução das taxas de erro vigentes associadas ao processo de construção; e consequentemente na redução dos prazos de entrega e custos operacionais.

- **Misturas Betuminosas Recuperadas (MBR):** a indústria da construção, um interveniente fundamental na formação do nosso ambiente construído, tem procurado ativamente alternativas ecológicas. Em colaboração com a Brisa, este projeto piloto pioneiro na A3 explora a utilização de Misturas Betuminosas Recuperadas (MBR) em pavimentação, contribuindo para um futuro mais sustentável. Os MBRs apresentam uma alternativa atraente às misturas betuminosas convencionais, oferecendo uma série de benefícios. Ao reciclar pavimentos antigos, não só reduzimos a procura de recursos naturais, mas também conseguimos poupanças de custos significativas. Esta abordagem ecologicamente consciente está alinhada com o nosso compromisso de minimizar o desperdício e reduzir o nosso impacto ambiental. Os resultados obtidos, dos ensaios já realizados, foram bastante satisfatórios, não havendo diferenças relativamente às características de um AC14 surf BBr convencional sem incorporação de MBR. Estão ainda em curso alguns ensaios (ex: Resistência à Fadiga e Deformação Permanente), assim como avaliação periódica dos respetivos troços piloto, para que as misturas possam ser validadas e assim serem introduzidas as especificações, para este tipo de misturas com misturas betuminosas recuperadas, em futuros cadernos de encargos.
- **Aplicação do método eletromagnético (não nuclear) para determinação, in situ, da baridade e teor em água com vista ao controlo da qualidade:** o projeto teve como objetivo descrever o estudo sobre a aplicação do método eletromagnético para controlo da qualidade ao caso de um solo (areia argilosa), incluindo a análise comparativa com outros métodos de ensaio, como é caso do método da garrafa de areia (LNEC E 204) e o método nuclear (ASTM D6938). Este estudo permitiu concluir que os valores da baridade húmida e do teor em água medidos pelos métodos nuclear e não nuclear foram praticamente coincidentes. O estudo salientou ainda a importância, à semelhança do método nuclear, de correção dos valores medidos pelo equipamento eletromagnético, neste caso tendo em conta o procedimento estabelecido pelo fabricante e o conhecimento das principais propriedades do solo (granulometria e plasticidade). Estas conclusões permitem dar confiança à utilização do método eletromagnético no controlo da compactação de solos, em alternativa ao método nuclear. Neste momento, a Gabriel Couto tem o método não nuclear em pleno, nomeadamente em duas das suas obras, de grande dimensão, de estradas, uma em Portugal (EN14) e outra no Gana (Reconstruction of Tarkwa-Agona Nkwanta Road Projec (66.0km)), transmitindo aos seus clientes (IP e GHA) a total confiança nos resultados obtidos para a garantia do controlo da qualidade. No Gana, apesar de existirem alguns equipamentos não nucleares, a Gabriel Couto foi pioneira na introdução do mesmo para o controlo do grau de compactação nos diferentes tipos de camadas (camadas em ABGE's e solos) numa obra de alargamento e reabilitação da estrada Tarkwa-Agona Nkwanta (66 km), cujo tráfego existente é pesado e intenso.

Contribuição para a atividade normativa do setor da Construção

A Comissão Técnica de Normalização (CT) é um órgão técnico que visa a elaboração e tradução de documentos normativos e a emissão de pareceres normativos, em determinados domínios.

A Gabriel Couto participa nas atividades de normalização da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização (em representação AICCOPN), participa nos grupos de trabalho CT129 — Materiais

para Pavimentação, nomeadamente na subcomissão SC1 — Especificações para Materiais com Ligantes Betuminosos, SC2 — Métodos de Ensaio para Materiais com Ligantes Betuminosos e SC4 — Misturas de Agregados não Ligados ou Ligados Hidraulicamente.

Colaboração em eventos técnico-científicos

No mês de maio de 2023, aconteceu o 18.º Congresso Nacional de Geotecnia, no Colégio Espírito Santo da Universidade de Évora. Foram selecionados vários artigos para a apresentação neste congresso e o artigo “Determinação in situ com método não nuclear da baridade e teor em água de camadas do pavimento e fundação de estradas”, foi um dos escolhidos, da autoria de: Neves, José, CERIS, Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; Lopes, Catarina, Construções Gabriel A.S. Couto S.A., Vila Nova de Famalicão, Portugal, Silva, Cláudia, RELACRE, Lisboa, Portugal, claudia.silva@relacre.pt.

Parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico do setor da Construção

Os projetos de inovação implementados pela Gabriel Couto são desenvolvidos com o apoio das entidades do sistema científico e tecnológico do setor da Construção, nomeadamente:

- Built CoLAB — Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro
- CERIS, Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
- Relacre-associação de Laboratórios Acreditados Portugal

GESTÃO AMBIENTAL

A consciencialização do mundo para a sua preservação é tema maior na medida da nossa incapacidade em viver sem o destruir.

Torna-se prioritário olhar o ambiente com a relevância que tem para a sustentabilidade do homem e planeta.

Entraram por isso nas nossas preocupações enquanto empresa, temas como a preservação das espécies, das águas, da melhor utilização das explorações e dos cuidados com todos os resíduos que produzimos.

Separando-os, Reciclando-os, Reutilizando-os; diminuindo a pegada do Homem para melhor vivermos.

Não hesitamos em sermos fatores de mudança e de construir um futuro melhor, certificando a empresa nas normas ambientais e inculcando hábitos e procedimentos seja nas pessoas, seja nos processos para estarmos presentes na consciência de preservar o Clima, o ambiente e o Mundo.

Sistemas de gestão ambiental

A ISO 14001 é uma referência mundial para sistemas de gestão ambiental, na qual a empresa apoia as suas práticas com vista à melhoria contínua do seu desempenho ambiental, incorporando processos específicos para identificar e gerir os principais riscos ambientais. A 31 de dezembro de 2023, a Empresa tinha um sistema de gestão ambiental certificado de acordo com este referencial em Portugal. De forma global, os riscos ambientais parametrizados e salvaguardados estão indexados aos aspetos legais, a requisitos contratuais, quando aplicável, e à própria eficiência operacional, na medida em que são também implementados medidas e investimentos que se refletem em ganhos, nomeadamente no que respeita ao consumo de energia e à gestão de resíduos.

Provisões e garantias financeiras sobre riscos ambientais

Para cobrir a responsabilidade por danos ambientais e ameaças iminentes desses danos, inerentes à atividade de Construção Civil e Obras Públicas desenvolvida pela Gabriel Couto em Portugal e de forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, constitui-se um depósito caução a favor da Agência Portuguesa do Ambiente.

Energia

A Gabriel Couto tem atuado com vista a minimizar os consumos energéticos nas suas instalações fixas e temporárias e, consequentemente, a emissão de gases com efeito de estufa (GEE), procurando na melhoria do desempenho ambiental também uma maior eficiência operacional.

Esta atuação envolve o investimento cada vez maior em tecnologias “limpas” e a sensibilização dos colaboradores.

Um dos exemplos desta preocupação foi a instalação em 2021 na sede da Empresa de uma unidade de produção de autoconsumo (UPAC) de energia elétrica através de painéis solares com uma potência instalada de 75KW. No ano de 2023 esta UPAC produziu 109 MWh, sendo 76% para autoconsumo e o restante vendido à rede, permitindo uma redução em 30% da fatura energética das instalações da sede e evitaram a emissão de 29 toneladas de CO₂ (com base no consumo de Dez/2023). As emissões evitadas através desta solução são equivalentes ao CO₂ capturado por 40 árvores.

Foram também implementadas desde 2021 medidas que visavam a redução do consumo de energia elétrica, e que passaram por um conjunto de alterações no edifício sede da empresa, como sejam, a melhoria do isolamento térmico do edifício através da alteração de toda a caixilharia e vidros, e pela implementação de isolamento nas paredes exteriores do edifício, bem como, alterações do sistema de iluminação.

Adicionalmente verificou-se a preocupação na redução do consumo de combustíveis fósseis, o que levou a empresa a adquirir desde 2020 seis viaturas elétricas com um consumo estimado na sede de 8,0 MWh em 2023.

Recursos hídricos

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental, a Gabriel Couto avalia os impactos ambientais resultantes da utilização de recursos hídricos, procurando atuar na redução do consumo e na minimização da carga poluente descarregada em solo ou meio hídrico.

No desenvolvimento das suas atividades, os recursos hídricos podem ser consumidos a partir de diversas origens - rede de abastecimento público, captação de águas subterrâneas, recolha da chuva, cisterna abastecida a partir do exterior e embalada — estando esse consumo sujeito a significativas flutuações em função do tipo, quantidade e fase de cada obra.

A implementação de boas práticas e procura de melhoria constante na redução e reutilização de água tem-se traduzido na implementação de boas práticas e ações de sensibilização dos colaboradores.

Consumo de Materiais

Também o consumo de materiais na Construção está diretamente relacionado com a quantidade, dimensão e tipo de obras executadas. Entre as matérias-primas mais utilizadas destaca-se o betão, cimento e agregados.

A Gabriel Couto iniciou em 2023 o processo de acreditação do laboratório de materiais de construção em Portugal, no âmbito da Norma NP EN ISO/IEC17025.

Em 2023, Gabriel Couto deu continuidade à sua estratégia de transformação digital de processos, consolidando vários projetos que vem implementando nos últimos anos, e desenvolvendo novos instrumentos que visam a desmaterialização de processos e, consequentemente, a redução do consumo de papel nas várias instalações fixas e temporárias das suas empresas. Destaca-se neste propósito a utilização de uma ferramenta de gestão documentos iPortalDoc, que em Portugal, e principalmente no mercado internacional, tem permitido uma melhoria da produtividade associada aos processos e uma redução do consumo de papel na empresa. Em 2023 o consumo de papel na sede foi de 3 toneladas, um consumo equivalente a 60 árvores.

Ruído

Na atividade de Construção, o ruído pode constituir um fator de risco ambiental e social, em algumas fases e tipos de obra.

Deste modo, as atividades mais ruidosas que sejam realizadas na proximidade de recetores sensíveis são planeadas de modo a minimizar o respetivo impacto - sempre que possível as atividades ruidosas são planeadas para serem realizadas em período diurno e fora de sábados, domingos e feriados.

Caso tal não seja de todo possível, é solicitada uma licença especial de ruído para a realização das mesmas.

Emissões

Seja nos escritórios ou nas suas instalações operacionais, a Gabriel Couto trabalha para reduzir a sua pegada ecológica, através da redução das emissões de CO₂ e inerentes às suas atividades.

No âmbito da sua certificação em gestão ambiental, a Gabriel Couto recolhe dados relativos às emissões de CO₂ e em algumas das suas instalações em Portugal.

A fonte de energia que maior peso representa nas emissões produzidas pela Gabriel Couto são os combustíveis líquidos, de origem fóssil, utilizados para a realização das obras e mobilidade. Em 2023 estima-se que foram consumidos 2.255.338 litros de combustíveis de origem fóssil.

Resíduos

As políticas relativas à gestão de resíduos têm a finalidade de proteger, preservar e melhorar a qualidade do meio ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas, promover os princípios da economia circular, reforçar a utilização da energia renovável, aumentar a eficiência energética, reduzir a dependência de recursos importados, proporcionar novas oportunidades económicas e contribuir para a competitividade a longo prazo.

A Economia Circular é um conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Neste âmbito, a Gabriel Couto iniciou, em 2023, o processo de se tornar um OGR (Operador de Gestão de Resíduos), de forma a ficar com as competências e capacidades necessárias para determinadas operações de tratamento de resíduos, consoante as tipologias dos mesmos, com o objetivo de poder contribuir para a garantia da hierarquia de gestão — reutilização, reciclagem e valorização dos resíduos — assegurando que estas etapas são realizadas nas condições certas.

A Empresa tem desenvolvido nos últimos anos campanhas de sensibilização e formação (interna/externa). Estas campanhas são direcionadas não só para os colaboradores da Empresa, como também para todas as partes interessadas e intervenientes na gestão de resíduos, nomeadamente subempreiteiros e fornecedores.

Realçamos nesta vertente a preocupação da Empresa em promover a circularidade como é evidenciado pelo projeto piloto que explora a utilização de Misturas Betuminosas Recuperadas (MBR) em pavimentação, contribuindo para um futuro mais sustentável.

1.4 RELATO DA ATIVIDADE EM 2023

Para a Gabriel Couto o ano de 2023 confirmou-se como o início de um período de crescimento da sua atividade, devido, por um lado, à consolidação do mercado nacional, e por outro lado, ao maior dinamismo das suas operações em África, nomeadamente, no Gana e em Moçambique.

As suas principais atividades são desenvolvidas em Portugal e pelas suas sucursais nas áreas da construção civil e das infraestruturas.

Construção Civil

Em Portugal as principais atividades de construção civil foram:

- **Construção do condomínio privado “Quinta de São Marcos”** (valor contrato: 6,3M€): foi adjudicada no mês de Julho de 2021, pela Promisembraces, Lda. Este condomínio está situado no morro do Castelo no centro histórico de Vila Nova de Gaia, na margem sul do rio Douro. A obra tem como finalidade a construção do novo condomínio privado “Quinta de São Marcos” que é constituído por 5 volumes e contará com 26 apartamentos, com áreas que variam dos 79 aos 288 m² e tipologias entre T1 e T4, com espaços exteriores, garagem, arrecadação e vistas deslumbrantes sobre o rio Douro e a cidade do Porto. Uma construção totalmente nova, com acabamentos de qualidade superior, seguindo padrões de arquitetura muito exigentes, assim como a manutenção da traça rústica da antiga Quinta através dos seus muros de pedra e de elementos de pedra trabalhados a manter.
- **A Gabriel Couto concluiu a nova unidade hoteleira para o Grupo Sana no Estoril** (valor contrato: 11,3M€): trata-se de um hotel de 4 estrelas, inserido no segmento Evolution do Grupo Sana Hotels, que está a ser construído no local do anterior hotel Paris, num investimento de cerca de 12 Milhões de Euros. Esta nova unidade hoteleira está equipada com 133 quartos, distribuídos entre o piso um e o piso cinco. Fator de realce o pormenor de todos os quartos terem vista mar.
- **Residências universitárias UHUB Lumiar** (valor contrato: 15,8M€): a Gabriel Couto executou e concluiu a empreitada das Residências Universitárias UHUB Lumiar, em Lisboa. O cliente foi

a UHUB Investments Lumiar, S.A, com o valor final de empreitada de 16.998.412,15 €. A obra teve como finalidade a construção de 498 quartos para estudantes universitários, distribuídos por 4 blocos com 7 pisos/bloco, sendo divididos por quartos standards, standard plus (com kitchenette), twodios e estúdios.

- **Conclusão do Hotel Moov Oriente (valor contrato: 7,2M€):** o nosso mais recente empreendimento para a marca MOOV Hotels, propriedade do Grupo Endutex. O nosso compromisso com o crescimento estratégico fica evidente na nossa decisão de estabelecer com o MOOV Oriente, uma resposta visionária à crescente procura numa zona conhecida pelo seu elevado movimento de passageiros desde o aeroporto, estação ferroviária e vários centros de transporte rodoviário. Reconhecendo que a procura supera consistentemente a oferta nesta região vibrante, o MOOV Oriente representa a nossa aposta estratégica em proporcionar experiências de hospitalidade incomparáveis. Este empreendimento não é a nossa primeira incursão no sul. No vizinho concelho de Oeiras, o MOOV Oeiras tem estado em pleno funcionamento, estrategicamente posicionado perto dos movimentados Lagoas Park e Taguspark. Com 115 quartos distribuídos por oito pisos, o MOOV Oeiras já se tornou um centro próspero tanto para viajantes de negócios como de lazer. É emocionante saber que a nova unidade está agora concluída e preparada para estabelecer novos padrões em hospitalidade, com os impressionantes 149 quartos distribuídos por 10 andares.
- **Conjunto habitacional em Montenegro (valor contrato: 5,1M€):** A Gabriel Couto embarca na construção de um complexo habitacional transformador em Montenegro. Este significativo projeto foi adjudicado no mês de janeiro de 2023 pela Câmara Municipal de Faro, marcando um compromisso com o desenvolvimento comunitário e soluções habitacionais sustentáveis. Trata-se de um conjunto habitacional composto por seis lotes de edifícios residenciais. O projeto, iniciado pela Câmara Municipal de Faro, visa dar resposta à necessidade crítica de habitação e, mais especificamente, centra-se na realocação de famílias residentes na ilha de Faro. O complexo será composto por 49 fogos de diversas tipologias, entre T1, T2 e T3. Essa combinação diversificada de opções de moradia garante que o empreendimento atenda a diversos tamanhos e necessidades de famílias. Com uma área de construção de aproximadamente 4.000 m2, é um empreendimento que reflete a capacidade da Gabriel Couto para gerir e executar empreendimentos de construção de grande porte. O foco específico na realocação de famílias da ilha de Faro sublinha o impacto social mais amplo do projeto, abordando os desafios habitacionais enfrentados pela comunidade local. Este esforço está alinhado com o nosso compromisso de contribuir positivamente para as comunidades que servimos. A Gabriel Couto orgulha-se de fazer parte de projetos que vão além da construção, participando ativamente de iniciativas que melhoram a qualidade de vida dos moradores.
- **Construção do Condomínio Panorama Setúbal, para o cliente Sweetachievement (valor contrato: 11,2M€):** a Gabriel Couto iniciou no passado mês de fevereiro de 2023 esta empreitada cujo investimento é de mais de 11 milhões de euros. Trata-se de um condomínio privado que dispõe de apartamentos contemporâneos e Garden Vilas, de 1 a 3 quartos, com layouts open-room, permitindo que cada pessoa transforme a sua nova casa de acordo com as suas necessidades e sonhos. Inclui comodidades exclusivas como um terraço comum com piscina, ginásio, estacionamento e receção. Situado na zona noroeste de Setúbal, o Condomínio PANORAMA é a melhor opção para quem procura ter o seu pequeno paraíso longe do barulho, mas não quer perder o estilo de vida energético e vibrante da cidade.
- **Construção das novas instalações dos laboratórios elétricos da Labelec (valor contrato: 4,6M €):** a Gabriel Couto executou e concluiu a Empreitada de Construção das Novas Instalações dos Laboratórios Elétricos da Labelec, em Lisboa. O cliente foi a EDP — Energias de Portugal,

S.A., representada pela EDP Global Solutions, S. A.. O projeto consistiu na construção de um edifício industrial formado por dois núcleos aparentemente autónomos e hierarquizados como Edifício Principal e Anexos. O Edifício Principal — Divide-se em 2 Naves Nascente e Poente. Estas dão espaço ao Laboratório AT e Arrumos a Nascente, e todo o restante programa a Poente. Esta divisão, associada às especiais necessidades de pé direito destes espaços, (de 20m e 8m respetivamente), conformam o exterior do edifício. Anexos — o volume de anexos justapõe simplesmente as funções técnicas de apoio aos Laboratórios, de Posto de Transformação e Seccionamento, Grupo Gerador, Sala de Preparação da Poluição Salina e Sala de Preparação de Chuva. A solução construtiva adotada é um somatório de estruturas porticadas, à base de pilares e vigas e perfis laminados tipo IPE, HEA ou CHS de secção variável consoante a dimensão do vão a vencer. A utilização de pavimentos em Betão e Chapa de Aço Galvanizado à cor natural foram transversais a todos os espaços e momentos. As novas Instalações construídas, pela sua peculiaridade, características e finalidade, fazem parte de um leque muito restrito, quer em termos europeus, quer a nível mundial, tendo-se revelado um desafio singular e enriquecedor para o palmarés da Gabriel Couto e para todos os parceiros que nele participaram.

- **Construção do projeto da torre de secagem da Lactogal (valor contrato: 6,8M€):** no dia 2 de janeiro de 2023, a Gabriel Couto iniciou oficialmente os trabalhos de construção do prestigiado projeto da Torre de Secagem LACTOGAL em Modivas – Vila do Conde. Isto representa um marco significativo para a nossa organização, reforçando o nosso compromisso com a excelência na construção e engenharia. O projeto da Torre de Secagem LACTOGAL é um empreendimento inovador que envolve a construção de uma estrutura de betão armado. O prazo para este ambicioso empreendimento está fixado em um ano, sendo os oito meses iniciais dedicados à construção da torre. Após esta fase, o projeto fará a transição para a instalação de equipamentos industriais de última geração, agregando uma camada de complexidade e sofisticação ao desenvolvimento geral. O projeto demonstra os conhecimentos profundos da Gabriel Couto na construção em betão armado, garantindo durabilidade e integridade estrutural. Este empreendimento reflete a nossa dedicação em lidar com projetos complexos e ampliar os limites da inovação na indústria da construção.
- **O projeto Hotel Moov Matosinhos Sul já está em andamento (valor contrato: 4,5M€):** partilhamos os últimos desenvolvimentos da Gabriel Couto no início da execução da empreitada do projeto “Hotel Moov Matosinhos Sul” em Matosinhos. Atribuído no passado mês de junho de 2023 pela Endutex — Hoteis, Sociedade Unipessoal, Lda., este projeto pretende redefinir a hospitalidade na vibrante cidade de Matosinhos. Situado na Avenida da República, o empreendimento terá uma área aproximada de 1.776 m², apresentando um design inovador que engloba 143 quartos e 45 apartamentos T1 e T2 distribuídos por 10 pisos. Este projeto marca a maior unidade hoteleira do prestigiado grupo Endutex.
- **Edifício Green Plaza — Quinta do Loureiro (10,6M€):** mais um empreendimento construído pela Gabriel Couto que promete moldar o horizonte de Carcavelos, Cascais. A prestigiada empreitada de construção do Green Plaza — Quinta do Loureiro, composta por 39 apartamentos, foi-nos adjudicada pela Inspired Orbit. Green Plaza — Quinta do Loureiro é um testemunho da inovação arquitetónica e da vida moderna. A empreitada abrange a execução integral do projeto de Construção de Edifício Residencial.

Em Moçambique as principais atividades de Construção Civil foram:

- **Empreitada de remodelação no edifício da sucursal do Banco de Moçambique em Xai-Xai (valor contrato: 8,2M€):** apesar da nossa extensa história em Moçambique, que abrange mais de

20 anos com foco em projetos públicos, que vão desde implementações rodoviárias a pontes, sistemas de drenagem, caminhos-de-ferro e aeroportos, temos o prazer de anunciar um marco significativo. O Banco de Moçambique conferiu-nos a honra e a responsabilidade de executar este projeto de Construção Civil no país, que envolve especificamente o tratamento de diversas patologias na sua filial vital de Xai-Xai. Reconhecendo a natureza exigente deste projeto e o seu prazo 'apertado', abraçámo-lo como um novo desafio e uma oportunidade para toda a nossa família Gabriel Couto mostrar o nosso compromisso, esforço e desempenho incomparáveis. A relevância desta infraestrutura para o Banco de Moçambique sublinha a importância do nosso papel em garantir a sua condição ótima.

Infraestruturas

Em Portugal as principais atividades de Infraestruturas foram:

- Terceira fase da variante EN14 que se estende desde o Interface Rodoferroviário da Trofa até Santana - Vila Nova de Famalicão (valor contrato: 12,6M€): Esta nova ligação entre os municípios da Trofa e de Vila Nova de Famalicão, através da construção de uma Nova Ponte sobre o Rio Ave permite ainda a melhoria das acessibilidades ao Hospital da Trofa e à Estação de Caminhos de ferro e a aproximação do tecido industrial envolvente ao centro habitacional e comercial da Trofa. O projeto, avaliado em 17 milhões de euros, assinala uma conquista significativa para a Gabriel Couto e assume especial importância por ser mais uma iniciativa do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Alinhado com o plano mais amplo de melhoria das acessibilidades rodoviárias às zonas empresariais, dando continuidade à 2.ª fase do projeto EN14, Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da Trofa, em curso. A segunda fase da Variante EN14, com uma extensão aproximada de 10 km, apresenta um perfil transversal com faixas 1x1. O projeto engloba um vasto conjunto de obras de arte, das quais se destacam 5 obras de arte especiais (Ponte sobre o Rio Trofa e 4 Viadutos) com extensão total de 2 000 m e ainda 2 Passagens Inferiores/Agrícolas e 3 Passagens Superiores. Foram aplicadas tecnologias de ponta do tipo "Vigas de Lançamento" na construção de viadutos e pontes, atestando o nosso compromisso com a inovação. Para a GABRIEL COUTO, estes contratos exemplificam a nossa capacidade de realizar projetos de grande escala, exigentes e tecnicamente complexos.
- Projeto concluído com sucesso a ampliação do troço A3-VCI-EN12-Águas Santas para a Brisa (9,2M€): partilhamos a conclusão com sucesso de um importante projeto executado pela Gabriel Couto — a "Beneficiação/Reforço do pavimento dos sublanços Porto (VCI)/EN12/Águas Santas (A3/A4) da A3 — Auto Estrada Porto/Valença." Este projeto, executado para a Brisa, envolveu uma modernização abrangente de infraestruturas rodoviárias cruciais, demonstrando o compromisso da Gabriel Couto com a excelência na construção e engenharia. O foco principal desta empreitada foi a valorização da infraestrutura do pavimento, com intervenções direcionadas em diversas áreas, incluindo juntas de dilatação de obras de arte, drenagem longitudinal, guardas de segurança e sinalização horizontal, vertical e de telecomunicações. O empreendimento exigiu planeamento e execução meticolosos para atender às exigências específicas da melhoria viária. Foram utilizadas cerca de 17 mil toneladas de mistura betuminosa com fibras SMA (SMA12 surf PMB 45/80-65) na substituição do pavimento, garantindo uma superfície rodoviária robusta e durável. A camada subjacente sofreu melhorias através de substituições completas ou da introdução de uma geogrelha de reforço, contribuindo para a estabilidade geral e longevidade da estrada. Superando o desafio de uma janela de trabalho limitada, o projeto foi realizado exclusivamente à noite. A gestão de recursos desempenhou um papel crucial no cumprimento dos rendimentos de produção, enquanto enfrentava condições climáticas adversas que ocasionalmente levavam à suspensão dos trabalhos.

No Gana as principais atividades de Infraestruturas foram:

- **Projeto e reconstrução da infraestrutura rodoviária Tarkwa-Agona-Nkwanta no Gana (valor contrato: 95,0M€):** a nossa equipa de engenheiros altamente qualificados e trabalhadores de construção dedicados tem trabalhado diligentemente para dar nova vida à infraestrutura rodoviária, de 66 km, na região de Tarkwa-Agona-Nkwanta. O seu empenho e trabalho árduo são evidentes nos progressos substanciais alcançados até agora. O projeto vai além da mera construção; é um esforço abrangente para melhorar toda a infraestrutura rodoviária. Empregamos tecnologia de ponta e métodos de construção inovadores para garantir que a estrada resista ao teste do tempo. Os recursos de segurança estão sendo integrados e a sustentabilidade está na vanguarda dos nossos esforços. Secções críticas da estrada foram reconstruídas com sucesso, contribuindo para melhorar a conectividade e a acessibilidade na região. À medida que avançamos, o nosso foco continua a ser alcançar mais marcos que beneficiarão diretamente as comunidades locais. Não se trata apenas de construir estradas; trata-se de transformar vidas. A infraestrutura rodoviária melhorada facilitará um transporte mais fluido, abrindo caminhos para o crescimento económico e um melhor acesso a serviços essenciais. Estamos empenhados em impactar positivamente a vida das pessoas na região de Tarkwa-Agona-Nkwanta. O envolvimento da comunidade tem sido um aspeto fundamental da nossa abordagem. Acreditamos no poder da colaboração e, ao longo deste projeto, procurámos ativamente obter feedback das comunidades locais. À medida que avançamos na estrada, estamos confiantes de que este projeto será um testemunho do que pode ser alcançado através da dedicação, inovação e uma visão partilhada para um futuro melhor.

Em Moçambique as principais atividades de Infraestruturas foram:

- **Projeto de construção das infraestruturas preliminares para o Empreendimento Global da Área 1 — TOTAL (LNG) na Província de Cabo Delgado (valor contrato: 60,2M€):** Este empreendimento iniciou-se como Anadarko Mozambique Area 1 Limitada (AMA 1), uma subsidiária da Anadarko Petroleum Corporation, sendo que atualmente os direitos de concessão foram trespassados para a empresa Francesa TOTAL. A construção do empreendimento com um custo global aproximado de \$8000 milhões (USD) sendo o Consórcio Internacional CCS JV (Chicago Bridge & Iron dos Estados Unidos, Chiyoda Corporation do Japão e Saipem de Itália.) a entidade responsável pela construção global do empreendimento. O Consórcio CCS JV adjudicou à Gabriel Couto o projeto — Site Preparation and Earthworks, em 2/12/2019 no valor de \$57.000.000,0 (USD) a construção das infraestruturas preliminares para o Empreendimento Global da Área 1 — TOTAL, materializando-se na construção da rede rodoviária principal de acessibilidades e plataformas logísticas. Este projeto foi suspenso em 2021 por razões de segurança, sendo previsível que o mesmo seja retomado em pleno no 2º semestre de 2024 de modo a permitir a execução dos cerca de 45 milhões de euros dos trabalhos em carteira.

1.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO PERÍODO

Não temos conhecimento de qualquer facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, que tenha ocorrido no período entre o final deste e a presente data.

1.6 PERSPETIVAS PARA O ANO 2024

A manutenção da instabilidade geopolítica na Europa associado a um persistente processo inflacionista, veio condicionar o processo de retoma económica. As previsões para o crescimento do PIB têm vindo a ser revistas com regularidade, prevendo-se um crescimento da economia mundial em 2024 (+3,0%), sendo menor nas economias desenvolvidas (+1,4%) e mais acelerado nas economias em desenvolvimento e emergentes (+4,0%), principalmente devido ao facto de se prever um forte crescimento para a economia Indiana (+6,7%) e Chinesa (+4,6%).

Para Portugal, as perspetivas de crescimento para 2024 (+1,6%) são mais elevadas do que a prevista para a zona Euro (+0,7%).

No que respeita ao setor da construção, o ano de 2024 reveste-se de especial incerteza quanto ao impacto de eventuais alterações em termos de política de habitação e da necessidade de acelerar a execução do PRR. Para 2024 as associações do setor perspetivam para o setor da construção em Portugal um crescimento (+2,0% ~ +4,0%), em linha com o que se verificou em 2023.

A perspetiva da empresa para o futuro próximo, em especial para o ano de 2024, assenta na sua carteira de encomendas.

A carteira ascende a cerca de 193,2 milhões de euros com uma implementação em dois continentes, como resultado de uma estratégia de diversificação dos mercados de internacionalização.

	Valores em ME
Carteira de Obras	2003
Nacional	104,2
Exportação	89,0
Moçambique	53,6
Zâmbia	0,3
Gana	35,1
TOTAL	193,2

As vias e infraestruturas são a principal atividade com 100,4 milhões de euros, enquanto a atividade de construção civil atinge cerca de 92,7 milhões de euros.

Nos primeiros meses de 2024, importantes obras foram-nos adjudicadas e terão um impacto relevante durante esse ano: Infraestruturas de Portugal (variante Olhão), Grupo Taga (Edifício Multifamiliar — 39 frações em Vila Nova de Gaia) e Banco de Moçambique (Edifício Xai-Xai).

1.7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Nicarágua
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Gana

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. A entidade é detentora de ações próprias, no montante de 500.000,00€.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

1.8 GESTÃO DO RISCO

A Gabriel Couto considera que os fatores de risco que a seguir são identificados são os mais relevantes, pelo que a sua ocorrência poderá ter impactos na sua atividade, na evolução dos seus negócios, nos seus resultados operacionais, na sua situação financeira, nos seus proveitos, no seu património e/ou na sua liquidez, bem como nas perspetivas futuras da Gabriel Couto ou na sua capacidade de atingir os objetivos visados.

Riscos relacionados com a estratégia empresarial

A Gabriel Couto está exposta a riscos específicos do setor e mercados em que atua e tem a sua operação centrada na área de negócio da engenharia e construção, e atuação na Europa, América Central e África, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas está sujeita a riscos específicos de cada região (por exemplo, riscos associados à cadeia de abastecimento e logística de fornecimentos em certos mercados onde está presente).

A sua estratégia empresarial está assente na diversificação, como forma de mitigar o impacto dos riscos específicos. Assim, foram definidos como principais vetores:

- Diversificação de serviço - considera-se relevante manter uma carteira diversificada:
 - * Construção Civil
 - * Infraestruturas
 - * Reabilitação e Recuperação
- Diversificação geográfica – procura de oportunidades em novos países:
 - * Portugal
 - * África
 - * América Central

- Diversificação de clientes – redução do risco de dependência:
 - * Clientes Privados
 - * Utilities
 - * Setor Público

Riscos relacionados com as alterações políticas, sociais, económicas e financeiras, a nível regional e global.

A forte presença em países africanos e centro americanos, alguns marcados por instabilidade política e social, bem como o peso relativo de certos mercados emergentes e das carteiras destas regiões no total da carteira da Gabriel Couto, expõem-na à ocorrência de riscos de natureza conjuntural, política, social, económica e financeira, aferidos sob diferentes dimensões relativamente a cada mercado no qual as sucursais da Gabriel Couto atuam. Em alguns dos países onde a empresa tem atividade poderão ocorrer focos de instabilidade que poderão ter repercussão na evolução do processo de produção.

Acrescem os riscos associados às doenças infecciosas, como o caso de pandemias, que podem ter impacto na atividade da empresa e das suas sucursais internacionais. Estes riscos são mitigados através de uma política de sensibilização para as boas práticas em termos de desinfeção, para a identificação dos casos de infeção e para o respetivo isolamento.

Riscos Taxa de Câmbio

A exposição da Gabriel Couto ao risco cambial resulta da presença de várias Sucursais em diversos mercados. A Gabriel Couto está exposta ao risco de taxa de câmbio, nomeadamente moedas como o Dólar Americano, o Metical Moçambicano, o Kwacha Zambiano, Lempiras Hondurenhas, Cedi Ganês. Este risco, na Gabriel Couto, sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação - risco relativo aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria. Este risco tem sido mitigado pela utilização do Euro e do Dólar Americano como as moedas de contrato;
- Risco de translação - riscos relativos a flutuações no valor do capital investido nas sucursais estrangeiras da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A., devido a alterações de taxas de câmbio.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da Gabriel Couto, maioritariamente denominada em euros.

Não obstante a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro, a Gabriel Couto não pode antever a evolução das taxas de juro e o seu impacto. Em conformidade, se as taxas de juro aumentarem mais que o esperado ou se as condições de obtenção de novos financiamentos forem mais onerosas, tal poderá afetar negativamente os negócios da Entidade Emitente e/ou os resultados das suas atividades. Estes riscos têm sido mitigados pelo aumento da componente de financiamento a taxa fixa, nomeadamente, nos contratos de locação financeira.

Risco de crédito

A Gabriel Couto está sujeita a risco de crédito, de natureza operacional e de tesouraria e prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenvolvimento normal das suas diversas atividades, merecendo especial atenção as atividades de prestação de serviços em África e na América Central. Estes riscos têm sido mitigados:

- Pela obtenção de contratos de empreitada com financiamento assegurado pelos principais Bancos Multilaterais (BEI, BCIE, JICA, BAD, MCC, entre outros), bem como, por bancos comerciais internacionais;
- Pela contratação de seguros de crédito com garantia do Estado Português para as obras internacionais.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade das empresas da Gabriel Couto para liquidar ou cumprir as suas obrigações no prazo estipulado. Um dos indicadores relevantes para aferir deste risco é o rácio de liquidez, que os últimos anos tem apresentado valores confortáveis.

Como forma de mitigação deste risco tem definida como política, e sempre que possível, que os recebimentos relativos a contratos de empreitada internacionais sejam realizados diretamente em Portugal.

1.9 AGRADECIMENTOS

A todos os Colaboradores da empresa, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras que connosco têm colaborado, agradecemos o seu esforço e colaboração, pois estamos certos que sem o seu concurso as dificuldades seriam maiores e o desempenho de menor qualidade.

Aos restantes Órgãos Sociais, bem como ao Revisor Oficial de Contas, os nossos agradecimentos por todo o empenho dispensado à empresa, o que muito nos apraz registar.

1.10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, propõe-se que o resultado líquido de 2023, no valor de +2 998 208,64 Euros seja aplicado em Resultados Transitados.

Tal como tem sido política da empresa, não se procederá à distribuição de dividendos aos acionistas a fim de consolidar os Capitais Próprios da empresa.

Vila Nova de Famalicão, 18 de Junho de 2024

O Conselho de Administração,

02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital de Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, discrimina-se a seguir o número de ações que cada titular declarou possuir à data de 31 de Dezembro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Conselho Administração)	108 932 ações
Maria da Conceição Chaves Veloso Rito Freitas Couto (Esposa do Presidente do Conselho de Administração)	68 932 ações
Avelino Jorge da Silva Oliveira (Vogal do Conselho Administração)	68 932 ações
Maria Helena Freitas Couto (Esposa do Vogal Avelino Oliveira)	108 932 ações
António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)	108 932 ações
Isabel Maria Columbano Pereira da Silva (Esposa do Vogal António Couto)	68 932 ações

CONSELHO FISCAL:

Os membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com exceção de Maria Gabriela Freitas Couto, não detêm ações da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.:

Presidente:	José Luis Pinto de Azevedo	
Vogal:	Maria Gabriela Freitas Couto	177 864 ações
	Alcino Alves Correia da Cruz	
	Marta Liliana Gomes Veiga	

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

Os Revisores Oficiais de Contas, abaixo identificados, não detêm ações da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.:

Efetivo:	Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Carlos do Sul Ribeiro — ROC
Suplente:	António Serra Cruz — ROC

Nenhum outro membro dos órgãos de Administração ou Fiscalização declarou possuir, ou ter possuído durante o ano de 2023, ações ou obrigações de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

Vila Nova de Famalicão, 18 de Junho de 2024

O Conselho de Administração

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1.1 BALANÇO | 31 de Dezembro de 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1, 8	38 565 581,20	31 761 894,32
Propriedades de investimento	3.2.3, 10	169 638,66	145 000,00
Ativos intangíveis	3.2.2, 7	--	--
Participações financeiras - método equival. patrimonial	3.2.6, 15	708 461,82	635 628,41
Outros investimentos financeiros	3.2.6, 15	149 269,41	784 565,77
Ativos por impostos diferidos	3.2.15, 22	19 096,17	49 522,89
		39 612 047,26	33 376 611,39
At vo corrente			
Inventários	3.2.9, 16	1 963 540,46	1 848 509,34
Clientes	3.2.10, 23.1	41 652 552,95	45 454 279,86
Adiantamentos a fornecedores		417 229,53	899 695,09
Estado e outros entes públicos	3.2.15, 23.1	2 782 166,48	1 146 179,75
Outros créditos a receber	3.2.10, 3.2.17, 23.1	39 499 718,04	27 987 207,76
Diferimentos	23.1	1 190 401,48	674 181,10
Outros ativos financeiros	23.1	143 489,88	143 489,88
Ativos não correntes detidos para venda	3.2.4, 9	50 103,50	--
Caixa e depósitos bancários	3.2.12, 4	8 419 166,22	6 795 768,04
		96 118.368,54	84 949.310,82
Total do ativo		135 730 415,80	118 325 922,21

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**CAPITAL PRÓPRIO**

Capital subscrito	25	5 000 000,00	5 000 000,00
Acções (quotas) próprias	25	(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais	25	1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas	25	10 674 001,94	9 610 110,19
Resultados transitados	25	12 797 795,01	13 013 428,46
Excedentes de revalorização	3.2.1, 8.2	17 771 521,36	16 222 471,58
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	25	(19 349 097,99)	(18 864 405,86)
		27 394 220,32	25 481 604,37
Resultado líquido do período		2 998 208,64	224 192,64
		30 392 428,96	25 705 797,01
Total do capital próprio		30 392 428,96	25 705 797,01

PASSIVO**Passivo não corrente**

Provisões	3.2.14, 19	56 582,83	200 698,82
Financiamentos obtidos	3.2.5, 3.2.13, 23.2	17 061 872,94	17 052 445,02
Passivos por impostos diferidos	3.2.15, 21	4 258 597,73	14 569,59
Outras dividas a pagar	3.2.11, 23.2	1 854 725,84	4 255 970,79
		23 231 779,34	21 523 684,22

Passivo corrente

Fornecedores	3.2.11, 23.2	39 497 141,79	32 499 211,50
Adiantamentos de clientes	3.2.11, 23.2	5 075 639,99	8 476 597,01
Estado e outros entes públicos	3.2.13, 23.2	2 107 349,15	2 628 027,92
Financiamentos obtidos	3.2.5, 3.2.13, 23.2	29 226 688,98	19 958 541,87
Outras dividas a pagar	3.2.11, 23.2	5 116 004,96	5 438 791,76
Diferimentos	3.2.17, 23.2	1 083 382,63	2 095 270,92
		82 106 207,50	71 096 440,98
Total do passivo		105 337 986,84	92 620 125,20
Total do capital próprio e do passivo		135 730 415,80	118 325 922,21

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 31 de Dezembro de 2023

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	3.2.16, 18	123 050 274,44	104 162 036,01
Subsídio à exploração		7 714,11	7 152,28
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.2.6, 3.2.7, 26	144 007,04	182 479,68
Variação nos inventários da produção	3.2.9, 16.2	--	(16 409,36)
Trabalhos para a própria entidade	3.2.1, 8.1	475 764,80	277 205,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.9, 16.1	(38 630 104,20)	(24 583 942,98)
Fornecimentos e serviços externos	27	(55 434 824,50)	(56 289 202,05)
Gastos com o Pessoal	28	(18 142 869,63)	(16 759 624,32)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	3.2.19, 13	1 242 596,01	--
Provisões (aumentos/ reduções)	3.2.14, 19	116 938,55	207 649,27
Outros rendimentos	29	9 868 675,69	7 750 643,74
Outros gastos	29	(10 167 985,84)	(7 196 228,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 530 186,47	7 741 758,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 8	(3 954 179,86)	(3 644 227,01)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 576 006,61	4 097 531,70
Juros e rendimentos similares obtidos		--	--
Juros e gastos similares suportados	30	(5 308 494,09)	(3 448 566,50)
Resultado antes de impostos		3 267 512,52	648 965,20
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.15, 21	(269 303,88)	(424 772,56)
Resultado líquido do exercício		2 998 208,64	224 192,64
Resultado por ação básico		3,00	0,22

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 31 de Dezembro de 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais — método direto			
Recebimentos de Clientes		126 852 001,35	104 920 805,95
Pagamentos Fornecedores		(87 066 998,41)	(74 049 616,20)
Pagamentos ao pessoal		(14 497 965,69)	(13 281 644,27)
Caixa gerada pelas operações		25 287 037,25	17 589 545,48
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(117 642,00)	(231 507,00)
Outros recebimentos / pagamentos		(24 378 498,77)	(26 500 093,59)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		790 896,48	(9 142 055,11)

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Pagamentos respeitantes a:

Ativos fixos tangíveis		(5 425 876,26)	(7 261 052,98)
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--

Recebimentos provenientes de:

Ativos fixos tangíveis		2 116 387,18	4 373 977,35
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--
Subsídios ao investimento		--	--
Juros e rendimentos similares		89 705,28	211 161,62
Dividendos		83 204,56	93 389,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(3 136 579,24)	(2 582 524,56)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos		121 261 584,12	81 719 588,20
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Cobertura de prejuízos		--	--
Doações		--	--
Outras operações de financiamento		--	--

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos		(111 984 009,09)	(67 223 063,93)
Juros e gastos similares		(5 308 494,09)	(3 448 566,50)
Dividendos		--	--
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Outras operações de financiamento		--	--

Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)

3 969 080,94 11 047 957,77

Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)

1 623 398,18 (676 621,90)

Efeito das variações de câmbio

-- --

Caixa e seus equivalentes no início do período

6 795 768,04 7 472 389,94

Caixa e seus equivalentes no fim do período

4 8 419 166,22 6 795 768,04

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.14 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período 2022 Euros

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interessos minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
1	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	12 241 596,28	(18 873 085,85)	16 507 457,09	--	413 051,83	25 399 129,54	25 399 129,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	[284 985,51]	--	--	[284 985,51]	[284 985,51]
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	--	--	771 832,18	8 679,99	--	--	[413 051,83]	367 460,34	367 460,34
2	2	--	--	--	--	--	--	771 832,18	8 679,99	[284 985,51]	--	[413 051,83]	82 474,83	82 474,83
3	3											224 192,64	224 192,64	224 192,64
4=2+3	4=2+3											(188 859,19)	(188 859,19)	(188 859,19)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
5	5													
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	13 013 428,46	(18 864 405,86)	16 222 471,58	--	224 192,64	25 705 797,01	25 705 797,01

3.2 ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1. Designação da Entidade: Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.
- 1.2. Sede: Rua S. João de Pedra Leital, 1000 — 4770-464 Requião — V. N. Famalicão.
- 1.3. Natureza da atividade: Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.
- 1.4. Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 2023

1.5. A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Nicarágua
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Gana

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aplicáveis.

Tal como previsto no parágrafo 1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (repblicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

— Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

— Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Exceto quanto ao reconhecimento do passivo por impostos diferidos, relacionado com a revalorização dos edifícios, equipamento de transporte e equipamento básico e do reconhecimento do factoring com recurso em financiamentos obtidos, as quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

| Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

| Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

| Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar

as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

A Empresa integra todos os movimentos de sucursais eliminando as operações internas e, caso existam, os resultados derivados dos mesmos.

| Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

| Comparabilidade

A informação está comparativa, exceto quanto ao reconhecimento do passivo por impostos diferidos, relacionado com a revalorização dos edifícios, equipamento de transporte e equipamento básico e do reconhecimento do factoring com recurso em financiamentos obtidos, com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo revalorizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Todos os trabalhos que a empresa realize para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinem aos seus ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como ganho do período na rubrica “Trabalhos para a própria entidade”.

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, encontrando-se totalmente amortizado.

3.2.3 *Propriedades de investimento*

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, são registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente despesas de condomínio e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.2.4 *Ativos não correntes detidos para venda*

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize no período de doze meses.

Os Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre respetivo valor contabilístico ou o seu justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

Os Ativos não correntes detidos para venda são mensurados, com base nos pressupostos presentes no primeiro parágrafo da NCRF 8, pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor deduzido dos custos associados à venda, bem como merecem distinção da sua apresentação no balanço.

3.2.5 *Locações*

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados na rubrica de gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são registados pelo seu valor no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo.

As depreciações destes bens foram efetuadas de acordo com o referido no ponto 3.2.1, e registadas em gastos de depreciação do período.

A parte de capital incluída nas rendas pagas é deduzida ao montante da responsabilidade registada no passivo, sendo os juros aí incluídos contabilizados como gastos de financiamento do período.

3.2.6 Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Os investimentos em associadas e subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão à exceção do Goodwill.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo posteriormente, e no final de cada período ajustados no seu valor pela utilização do método da equivalência patrimonial, com exceção das situações descritas nas notas 15.1 e 15.2.

3.2.7 Entidades conjuntamente controladas (ACE'S)

As entidades conjuntamente controladas são integradas pelo método proporcional, conforme previsto nos parágrafos 29, a) e 31 da NCRF 13.

3.2.8 Outros Investimentos Financeiros

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas nas datas da transação. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

É feita uma avaliação quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na conta de resultados as perdas de imparidade quando se demonstrem existir.

3.2.9 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

São registados ajustamentos por imparidade de inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de estes serem inferiores ao custo.

3.2.10 *Clientes e as Outras contas a receber*

As dívidas de “Clientes” e as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobrança, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

3.2.11 *Fornecedores e Outras dívidas a pagar*

As dívidas a Fornecedores e a Outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que usualmente não vencem juros.

3.2.12 *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.13 *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros com juros e encargos similares são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização do exercício.

3.2.14 *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a empresa tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.2.15 *Impostos sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Caso apure lucro tributável no exercício, fica ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente. Está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88º do Código do IRC.

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a países onde a Empresa exerce a sua atividade através de Sucursais/ Estabelecimentos Estáveis, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os dez anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2023.

3.2.16 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativas da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos com as transações fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente de juros, royalties e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade. O rédito referente aos juros deve ser reconhecido utilizando o método do juro efetivo, o rédito relacionado com royalties deve ser reconhecido segundo o regime do acréscimo e de acordo com a substância do seu contrato e, por fim, o rédito dos dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

3.2.17 *Contratos de Construção*

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “27218 – Contratos de Construção” ou “2821 - Obras % acabamento”, incluídas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

São constituídas provisões para contratos onerosos quando for provável que os gastos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo. A correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto. A quantia de tal perda é determinada independentemente: (i) de ter ou não começado o trabalho do contrato, (ii) da fase de acabamento da atividade do contrato, ou (iii) da quantia de lucros que se espere que surjam noutros contratos que não sejam tratados como um contrato de construção único.

3.2.18 *Ativos e passivos contingentes*

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.19 *Imparidade*

3.2.19 *Imparidade*

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidades dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma respeite a ativos não depreciables. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não estivesse registada em exercícios anteriores.

3.2.20 *Saldo e transações expressos em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em rendimentos e gastos de financiamento do período em que são geradas.

3.2.21 *Conversão cambial*

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

Nas demonstrações financeiras estão incluídos elementos com origem em diferentes moedas funcionais, de acordo com a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera.

Transações e saldos

As transações em moeda diferente do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

Os rendimentos e gastos associados realizados no período, bem como os potenciais, são reconhecidos na Demonstração dos resultados.

Unidade operacional estrangeira e subsidiárias com moeda de relato diferente do euro

As demonstrações financeiras das unidades operacionais estrangeiras e subsidiárias com moeda de relato diferente do euro que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidas para a moeda de apresentação como se segue:

— Os ativos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i. vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii. análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários, investimentos financeiros, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- iii. contratos de construção;
- iv. provisões;
- v. acréscimos e diferimentos; e
- vi. avaliação de recuperabilidade de impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores em euros)		
Rubrica	31.12.2023	31.12.2022
Numerário	11 042,57	13 713,91
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4 771 679,35	3 869 976,30
Depósitos a prazo	3 636 444,30	2 912 077,83
Caixa e seus equivalentes	8 419 166,22	6 795 768,04

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022, exceto:

- no que respeita ao modelo de mensuração dos terrenos e edifícios em Portugal inscritos na rubrica de ativos fixos tangíveis, tendo a empresa optado por passar do modelo do custo para o modelo de revalorização. Esta alteração ocorreu tendo como objetivo aproximar o valor contabilístico dos ativos do seu justo valor e desse modo dar uma imagem verdadeira e apropriada dos seus ativos (nota 8);
- na mensuração de algumas participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial (nota 15).

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram os seguintes:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Benefícios de curto prazo		
Conselho de Administração	361 300,00	343 071,07
Órgão de Fiscalização	20 400,00	20 400,00
TOTAL	381 700,00	363 471,07

Não existem remunerações a qualquer dos administradores desta empresa, advindas de qualquer das entidades havidas como partes relacionadas

6.2. Saldos e transações com partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante o exercício de 2023 e 2022 os saldos e as transações entre as partes relacionadas e a entidade foram as seguintes:

(valores em euros)	2023				31.12.2023				2022				31.12.2022			
Empresa	Compras/ Serviços	Vendas	Outros Movimentos	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores	Compras/ Serviços	Vendas	Outros Movimentos	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores		
Participadas																
Comasa			9 083,69	50 000,58				0,00		3 042,00	56 182,97			-15 266,08		
Abrial			217,11		-186 512,95	80,00				216,09		-186 730,06	80,00			
Socojol				503 953,76							503 953,76					
Mopre			-2 278,55										2 278,55			
ParqF	426,60		338,04		-88,56			-19,80		-186,84						
Gabriel Couto Moçambique			-2 290,47										2 290,47			
Interesses em emprendimentos conjuntos																
Vias, ACE											0,00					
CEGA, ACE				193 163,06							108 936,98	0,00	35 032,97			
CMGE, ACE			283 749,27							-6 029,83	-56 436,32	-1 680,45		-225 632,50		
ACA GASC, ACE												-50 000,00				
Amândio Carvalho e Gabriel Couto, ACE											90 196,39					
FGA, ACE				145 083,29							0,00					
Outras partes relacionadas																
Pontalta	-2 706,48	889 934,05	-2 251 791,04	11 244 869,97				-3 001,66	1 440 950,57	-1 737 098,48	15 380 166,89			-2 770 733,45		
Five, SA			-1 091 155,41	-896 364,47		14 321,36				8 007,83	194 790,94		14 321,36			
Gabriel Couto SGPS			3 348,69			1 262 899,26				3 634,12			1 259 550,57			
AGE						268,25							268,25			

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2023 e 2022 os saldos e as transações entre as partes relacionadas e a entidade foram as seguintes:

(valores em euros)					
Ano 2022	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	0,00				0,00

(valores em euros)					
Ano 2023	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Total	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Valor Líquido	0,00				0,00

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1. Valores brutos e depreciações acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Ano 2022		(valores em euros)				
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	643 226,19	0,00	0,00	1 753,60		644 979,79
Edifícios e outras construções	4 691 396,60	57 890,00	0,00	3 078,09		4 752 364,69
Equipamento básico	41 720 941,54	5 813 571,85	-3 471 663,49	231 068,60		44 293 918,50
Equipamento de transporte	15 220 697,73	1 112 385,81	-902 313,86	-107 163,57		15 323 606,11
Equipamento administrativo	716 556,44	0,00	0,00	1 700,54		718 256,98
Outros ativos fixos tangíveis	37 995,36	0,00	0,00	299,88		38 295,24
Em curso	449 900,86	277 205,32	0,00			727 106,18
Adiantamentos por conta investimento	604 132,00	0,00	0,00			604 132,00
TOTAL	64 084 846,72	7 261 052,98	-4 373 977,35	130 737,14	0,00	67 102 659,49

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	2 102 012,88	107 276,20	45 015,04	0,00		2 254 304,12
Equipamento básico	22 263 849,29	2 631 606,43	439 554,23	-1 152 572,18		24 182 437,77
Equipamento de transporte	7 668 125,40	904 486,78	60 091,23	-473 877,67		8 158 825,74
Equipamento administrativo	705 316,22	826,15	1 509,88	0,00		707 652,25
Outros ativos fixos tangíveis	37 227,36	31,45	286,48	0,00		37 545,29
TOTAL	32 776 531,15	3 644 227,01	546 456,86	-1 626 449,85	0,00	35 340 765,17
Valor Líquido	31 308 315,57					31 761 894,32

Ano 2023		(valores em euros)				
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	644 979,79	0,00	0,00	-1 052,68	0,00	643 927,11
Edifícios e outras construções	4 752 364,69	0,00	-733 821,13	-54 576,72	2 232 284,81	6 196 251,65
Equipamento básico	44 293 918,50	4 385 907,52	-1 119 581,86	-1 897 845,52	4 659 880,67	50 322 279,32
Equipamento de transporte	15 323 606,11	564 203,94	-101 324,02	-594 544,18	-1 182 289,37	14 010 794,44
Equipamento administrativo	718 256,98	0,00	-3 308,79	-13 572,80	0,00	701 375,39
Outros ativos fixos tangíveis	38 295,24	0,00	0,00	-3 790,81	0,00	34 504,43
Em curso	727 106,18	475 764,80	0,00		0,00	1 202 870,98
Adiantamentos por conta investimento	604 132,00	0,00	-184 132,00			420 000,00
TOTAL	67 102 659,49	5 425 876,26	-2 141 025,84	-2 565 382,71	5 709 876,12	73 532 003,32

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	2 254 304,12	60 658,30	-30 862,33	-680 810,13		1 603 289,96
Equipamento básico	24 182 437,77	3 146 354,35	-815 675,88	-1 783 271,19		24 729 845,05
Equipamento de transporte	8 158 825,74	746 339,32	-265 173,78	-732 209,88		7 907 781,40
Equipamento administrativo	707 652,25	797,54	-13 486,97	-3 308,79		691 654,03
Outros ativos fixos tangíveis	37 545,29	30,36	-3 723,97	0,00		33 851,68
TOTAL	35 340 765,17	3 954 179,87	-1 128 922,93	-3 199 599,99	0,00	34 966 422,12
Valor Líquido	31 761 894,32					38 565 581,20

O valor dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente os localizados nas sucursais, como estão registados em moeda local estão sujeitos ao efeito das alterações das taxas de câmbio face ao Euro em cada período. Nos quadros acima estão quantificados esses efeitos.

Inerente à atividade da empresa e das suas sucursais estão a utilização de ativos fixos tangíveis, em particular os equipamentos básicos e os equipamentos de transporte. Tal situação poderá conduzir à existência da venda deste tipo de ativos entre Portugal e as suas sucursais e entre as sucursais, resultando assim em dois grandes tipos de operações. Por um lado, a transferência de equipamentos de sucursais cujas obras foram concluídas para sucursais com obras ativas, como foi o caso, em 2022, da transferência de equipamento da sucursal das Honduras para a sucursal do Gana, e por outro lado, por imposição dos fornecedores de equipamentos, por motivos de risco/financiamento, os mesmos têm de ser vendidos a Portugal, que depois os revende às sucursais.

A rubrica de ativos fixos em curso, deve-se em grande medida à requalificação que está em curso na sede da empresa de modo a adequar a mesma de equipamentos mais ajustados às necessidades de funcionamento da organização.

Em 2023 foram reclassificados para ativos não correntes detidos para venda ativos fixos tangíveis da sucursal das Honduras, nomeadamente contentores e um conjunto de pequenos equipamentos que não se prevê serem utilizados, conforme detalhado na nota 9 abaixo.

8.2. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

Em 2023 realizou-se a revalorização de equipamento básico e de transporte, relativos a Portugal e às sucursais: Honduras, Zâmbia, Moçambique e Gana, com base numa avaliação realizada por uma entidade independente.

Esta avaliação foi realizada por uma entidade independente registada na C.M.V.M. que procedeu à determinação do valor razoável em uso continuado destes equipamentos.

A metodologia utilizada assentou nos princípios de avaliação geralmente aceites a nível internacional para a avaliação de ativos: Método do Custo e Método Comparativo de Mercado.

No Método do Custo foi tido em conta o custo de reposição a novo de cada equipamento bem como a depreciação física resultante do desgaste de cada um. Este método foi utilizado para os ativos que não dispõem de um mercado ativo no país de origem (essencialmente equipamento básico).

No Método Comparativo de Mercado foi tido em conta transações recentes de ativos semelhantes. Foi utilizado para ativos em que existe um mercado ativo (principalmente equipamento de transporte).

Foi igualmente realizada em 2023, pela mesma entidade, a determinação do valor razoável e estimativas de vidas úteis remanescentes de determinados bens imóveis (Terrenos, Edifícios e outras construções) localizados em Vila Nova de Famalicão.

Os métodos de avaliação utilizados foram o Método Comparativo de Mercado e o Método do Custo.

Durante o período não se efetuaram revalorizações do ativo fixo tangível ao abrigo de diplomas legais. Em períodos anteriores foram efetuadas revalorizações, que se basearam nos seguintes diplomas legais:

Ano da revalorização	Diploma legal
1986	Dec.- Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
1991	Dec.- Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
1993	Dec. – Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

Quadro discriminativo da evolução do excedente de revalorização e passivo por impostos diferidos, no período:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos / Reduções	PID	Saldo final
Edifício outras construções	0,00	2 232 284,81	-233 666,82	1 998 617,99
Equipamento básico	10 643 746,64	4 659 880,67	-3 122 978,06	12 180 649,25
Equipamento transporte	5 368 426,01	-1 182 289,37	-885 341,18	3 389 425,78
Sub-total	16 012 172,65	5 709 876,12	-4 241 986,06	17 568 693,02
Revalorizações legais	210 298,93	0,00	-7 470,58	202 828,35
Total	16 222 471,58	5 709 876,12	-4 249 456,64	17 771 521,37

O passivo por impostos diferidos foi calculado sobre o total do excedente de revalorização apurado, à taxa de IRC de 21%, tendo em conta o custo de aquisição atualizado pelos coeficientes de correção monetária (ver nota 21).

Quadro discriminativo das revalorizações comparativamente ao custo histórico:

Rubrica	Custos Históricos	Excedente de reavaliação			Valores Cont. Reavaliados
		Excedente	Passivos Impostos Diferidos	Exc. líquido	
Revalorizações Legais					
Terrenos e recursos naturais	189 543,20	132 187,43	0,00	132 187,43	321 730,63
Edifícios e outras construções	115 614,70	78 111,50	-7 470,58	70 640,92	193 726,20
Sub-total	305 157,90	210 298,93	-7 470,58	202 828,35	515 456,83
Revalorizações Livres Ano 2023					
Edifícios e outras construções	2 117 715,19	2 232 284,81	-233 666,82	1 998 617,99	4 350 000,00
Equipamento básico	10 278 387,83	15 303 627,31	-3 122 978,06	12 180 649,25	25 582 015,14
Equipamento de transporte	1 805 917,90	4 274 766,96	-885 341,18	3 389 425,78	6 080 684,86
Sub-total	14 202 020,92	21 810 679,08	-4 241 986,06	17 568 693,02	36 012 700,00
TOTAL	14 507 178,82	22 020 978,01	-4 249 456,64	17 771 521,36	36 528 156,83

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2023 os movimentos ocorridos no valor dos ativos não correntes classificados como detidos para venda, no período foi o seguinte:

Ano 2023	(valores em euros)					
Valores brutos	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	0,00	733 821,13	0,00	0,00	0,00	733 821,13
Equipamento básico	0,00	105 000,20	0,00	0,00	0,00	105 000,20
TOTAL	0,00	838 821,33	0,00	0,00	0,00	838 821,33
Depreciações acumuladas	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	0,00	683 717,63	0,00	0,00	0,00	683 717,63
Equipamento básico	0,00	105 000,20	0,00	0,00	0,00	105 000,20
TOTAL	0,00	788 717,83	0,00	0,00	0,00	788 717,83
Valor Líquido	0,00					50 103,50

Os ativos não correntes detidos para venda correspondem a bens que a empresa entende que a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que esta venda é altamente provável e que ocorrerá no prazo de 1 ano.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica “Propriedades de investimento” regista em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os seguintes valores:

(valores em euros)						
Rubrica	Ano 2021	Alienações	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2022
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00					145 000,00
Depreciações acumuladas						
Saldo final						0,00
Valor Líquido	145 000,00					145 000,00

(valores em euros)						
Rubrica	Ano 2023	Alienações/Aumento	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2023
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00	24 638,66				169 638,66
Depreciações acumuladas						
Saldo final						0,00
Valor Líquido	145 000,00	24 638,66	0,00	0,00	0,00	169 638,66

As Propriedades de investimento referem-se ao seguinte:

- Fração “S”, loja comercial sita na Av^a do Brasil, VNF, no valor de 145.000,00€;
- Fração “AJ”, loja comercial sita na Av^a dos Banhos, Póvoa de Varzim, no valor de 24.638,66€.

As quantias referentes a Propriedades de investimento reconhecidas em resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Rendas	15.667,08	6.530,96
Gastos	799,91	1 714,42

A rubrica “Gastos” é constituída por despesas de condomínio e imposto sobre imóveis (IMI).

11. LOCAÇÕES

11.1 Locações financeiras

A empresa possui ativos fixos tangíveis incluídos no Balanço em regime de locação financeira. À data de 31 de Dezembro de 2023 eram os seguintes os valores destes ativos:

Rubrica	Valores Brutos	Depreciações	(valores em euros)
			Valores Líquidos
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	3 514 444,55	2 252 972,65	1 261 471,90
Equipamento transporte	1 928 857,16	1 199 416,62	729 440,54

11.2 A responsabilidade inscrita no Balanço relativamente aos contratos de locação financeira era a seguinte:

(valores em euros)	Ano 2023	Ano 2022
No passivo corrente	1 061 021,52	1 194 680,73
No passivo não corrente	1 227 858,08	2 138 767,26
TOTAL	2 288 879,60	3 333 447,99

11.3 Locações financeiras

O valor referente aos pagamentos mínimos de contratos de locação financeira são os seguintes:

(valores em euros)	Ano 2023	Ano 2022
Até 12 meses	1 061 021,52	1 194 680,73
Mais de 12 meses	1 227 858, 08	2 138 767,26

11.4 Locações operacionais

O valor referente a pagamentos de rendas de locações operacionais é o seguinte:

(valores em euros)	Ano 2023	Ano 2022
Até 12 meses	609 174, 29	231 241,50
Mais de 12 meses	440 884, 58	136 709,55

12. CUSTOS DE FINANCIAMENTO OBTIDOS

Não foram capitalizados custos com empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis (e/ou inventários, se aplicável), cujo período de tempo para ficarem disponíveis para uso é considerável.

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade e reversões por imparidade reconhecidas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 foram:

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Ativos intangíveis	Investimentos financeiros	Investimentos em curso	Inventários	Clientes	Outros devedores	Ativos não correntes detidos para venda	Totais
2023	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos										-
		Reversões							1 242 596,01			1 242 596,01
		Totais	-	-	-	-	-	-	1 242 596,01	-	-	1 242 596,01
	Perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										-
		Reversões										-
		Totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2022	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos										-
		Reversões										-
		Totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										-
		Reversões										-
		Totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A reversão identificada refere-se a um crédito sobre a entidade Minhopark Monção, uma vez que se verificou em 2023 à liquidação deste crédito.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As entidades conjuntamente controladas (ACE's), integradas pelo método proporcional, e proporção nas mesmas, eram em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 as seguintes:

Nome	Participação	
	2023	2022
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	30,00%	30,00%
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	33,33%	33,33%
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	---	33,33%
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	50,00%	50,00%
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	50,00%	50,00%
Escola FGA, ACE	50,00%	50,00%
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	50,00%	50,00%

Em 2022 houve a aquisição por parte da Agrupada CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A. de mais 35% do Agrupamento "Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE", resultante da cessão da totalidade da participação da Agrupada EGEO-TECNOLOGIA E AMBIENTE, S.A..

Em 2023 o agrupamento complementar de empresas CMGE deixou de ter atividade e procedeu-se à sua extinção.

À data de 31 de Dezembro de 2023 e 2022 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos correntes, dos ativos não correntes, dos passivos correntes, dos passivos não correntes, dos rendimentos e dos gastos dos referidos agrupamentos complementares de empresa eram como segue:

(valores em eurt

20.

20.

Nome	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Gastc	Rendimenttc	R. Liquid	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Gastc	Rendimenttc	R. Liqui
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	632 295,10	0,00	408,638,10	783,65	0,00	-783,65	0,00	632 193,15	0,00	407 752,50	783,65	0,00	-783,
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	85 772,13	0,00	86 642,85	870,72	0,00	870,72	0,00	121 292,48	0,00	122 292,98	1 000,50	0,00	-1 000,
CMGE – Construtoras Escolares, ACE								0,00	14 818,67	0,00	1 971,86	8 598,78	0,00	-8 598,
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	13 838,80	0,00	13 983,80	145,00	0,00	-145,00	0,00	13 983,79	0,00	15 544,38	1 628,83	68,24	-1 560,
FEAG, ACE	0,00	240 700,37	0,00	240 700,37	0,00	0,00	0,00	0,00	240 700,38	0,00	240 700,38	0,00	0,00	0,
Escola FGA, ACE	0,00	24 459,43	1 501,24	17 944,84	107,75	5 216,42	5 108,67	0,00	70 666,81	1 501,24	188 973,93	95,32	0,00	-95,
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	99 920,53	45 503,31	54 653,44	236,22	0,00	-236,22	0,00	153 108,90	45 503,31	68 702,99	6 600,71	45 503,31	38 902,
TOTAL	0,00	1,096,986.36	47,004.55	822,563.40	2,143.34	5,216.42	3,073.08	0,00	1,246,764.18	47,004.55	1,045,939.02	18,707.79	45,571.55	26,863.

15. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MEP E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

15.1 Participações financeiras – MEP

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica está apresentada no quadro seguinte:

(valores em euros)										
2023						2022				
Firma	Sede	% CP	Capital próprio	Resultado Líquido	Valor da Participação	% CP	Capital próprio	Resultado Líquido	Valor da Participação	Variação
Comasa - C. Civil e O.Públicas, Lda	VN Famalicão	80,00	202 783,22	-28 962,13	162 226,58	80,00%	231 745,35	-5 933,03	185 396,28	-23 169,70
Abrical - Areias, Brit. E Calcários, Lda	Miranda Douro	50,00	438 570,55	-217,11	219 285,27	50,00%	438 787,66	-217,11	219 393,83	-108,56
Socojol - Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique	91,67	60 124,29	453,68	55 114,13					55 114,13
ParqF - Parques Estac Famalicão	Braga	40,00	261 172,40	123 691,10	84 468,96	40,00%	537 481,30	157 797,30	194 992,52	-110 523,56
GCM-Eng e Const Lda	Moçambique	88,04	146 938,84	-3 170,81	129 357,61					129 357,61
Vialivre	Lisboa	3,192%	1 424 295,00	2 449 042,00	45 463,50	3,192%	1 424 295,00	2 449 042,00	35 845,78	9 617,72
Gabriel Couto Angola, Lda	Angola	7,125%	176 080,96	130 475,87	12 545,77					12 545,77
Sub-total					708 461,82				635 628,41	72 833,41

(valores em euros)		2023		2022		Variação
Nome/Firma	Sede	%	Valor	%	Valor	
Norgarante		---	44 000,00	---	23 000,00	21 000,00
F.VPR Mo (Montepio)		---	74 990,95	---	74 990,95	0,00
Socojol-Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique			91,70%	515 657,23	-515 657,23
Gabriel Couto (Moçambique),SARL	Moçambique	57,00%	25 791,86	57,00%	26 720,42	-928,56
GCM-Eng e Const Lda	Moçambique	88,035%		88,035%	136 974,77	-136 974,77
Outros investimentos financeiros			4 486,60		7 222,40	-2 735,80
Total			149 269,41		784 565,77	-635 296,36

Outros investimentos financeiros incluem:

(valores em euros)		2023		2022		Variação
Nome/Firma	Sede	%	Valor	%	Valor	
Outros investimentos financeiros			4 486,60		7 222,40	-2 735,80
Mopre-Pré Fabricado Betão, Lda	Moçambique	90,00%	2 125,38	90,00%	2 201,63	-76,25
Bemoz, Lda	Moçambique	85,00%	243,31	85,00%	252,04	-8,73
Gabriel-EUROFINSA	Espanha	49,90%	1 105,59	49,90%	1 105,59	0,00
Gabriel Couto Angola, Lda	Angola			7,125%	2 650,82	-2 650,82
Euroscut-Soc.Concession.da Scut do Algarve, S.A.			10,00		10,00	0,00
Auto-Estradas Norte Litoral-Soc.Conc. AENL, SA			1,00		1,00	0,00
Gabriel Couto, SGPS, SA			1,00		1,00	0,00
Catim			1 000,00		1 000,00	0,00
Gabriel Couto, SGPS, SA (Empréstimos)			0,32		0,32	0,00

Sobre as participadas “Socojol” e “GCM-Eng e Const Lda” ver nota acima (15.1).

No que se refere a Mopre – Pré Fabric Betão, Lda e a Bemoz. Lda, o valor destas participações estão avaliados ao custo de aquisição, uma vez que ainda não iniciaram a sua atividade produtiva.

16 INVENTÁRIOS, CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO

A discriminação dos Inventários em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 era como segue:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Matérias – primas, subsidiárias e de consumo	1 415 959,86	1 276 290,08
Produtos e trabalhos em curso	191 567,26	191 567,26
Produtos acabados e intermédios	347 093,46	371 732,12
Mercadorias	8 919,88	8 919,88
TOTAL	1 963 540,46	1 848 509,34

16.1 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registado no final dos períodos de 2023 e 2022 foram os seguintes:

(valores em euros)		
Rubricas	2023	2022
Mercadorias		
Saldo Inicial	8 919,88	8 919,88
Compras	0,00	0,00
Saldo Final	8 919,88	8 919,88
Custo	0,00	0,00
Matérias-primas, subs de consumo		
Saldo Inicial	1 276 290,08	1 075 156,51
Compras	38 769 773,98	24 785 076,55
Saldo Final	1 415 959,86	1 276 290,08
Custo	38 630 104,20	24 583 942,98
Custo mercadorias venda materiais consumo	38 630 104,20	24 583 942,98

16.2 – Variação nos inventários da produção.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 computou-se a seguinte variação nos inventários da produção:

(valores em euros)		
Rubricas	2023	2022
Produtos acabados e intermédios		
Saldo Final	347 093,46	371 732,12
Regularização Existências		
Saldo Inicial	371 732,12	388 141,48
Variação	-24 638,66	-16 409,36

Produtos e Trabalhos em Curso		
Saldo Final	191 567,26	191 567,26
Regularização Existências		
Saldo Inicial	191 567,26	191 567,26
Variação	0,00	0,00
Transferências		
Produtos acabados e intermédios	24 638,66	0,00
Variações inventários da produção	0,00	-16 409,36

17 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, foi adotado o método da percentagem de acabamento. Assim, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e os gastos totais estimados das obras. (Ver também nota 3.2.15).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa tinha as suas contas influenciadas pelos seguintes valores, referentes a contratos de construção:

(valores em euros)		
Rubricas	2023	2022
Custos estimados	519 592 434,40	478 767 874,43
Custos incorridos em períodos anteriores	296 649 765,74	215 574 744,82
Custos incorridos no períodos	112 482 055,05	96 305 371,29
Custos incorridos acumulados	409 131 820,79	311 880 116,11
Valos do Contrato	590 430 050,94	547 881 897,95
Rédito de períodos anteriores	318 204 712,49	233 370 402,60
Rédito do período	124 278 971,14	99 105 780,93
Rédito acumulado	442 483 683,64	332 476 219,00
Quantia de adiantamentos recebidos	5 075 639,99	10 896 041,38
Quantia de retenções	1 298 624, 03	1 662 962,27

18 RÉDITO

As vendas e as prestações de serviços registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 foram como segue, por mercados:

(valores em euros)

Mercado	2023			2022		
	Vendas	Prestação de Serviços	Total	Vendas	Prestação de Serviços	Total
Mercado nacional						
Portugal	0,00	86 077 423,79	86 077 423,79	32 500,00	81 596 624,03	81 629 124,03
Sub-total	0,00	86 077 423,79	86 077 423,79	32 500,00	81 596 624,03	81 629 124,03
Mercado extra-comunitário						
Moçambique	0,00	3 534 346,13	3 534 346,13	0,00	2 860 743,06	2 860 743,06
Zâmbia	0,00	391 342,99	391 342,99	0,00	1 423 223,88	1 423 223,88
Gana	0,00	31 466 409,48	31 466 409,48	0,00	16 985 468,57	16 985 468,57
Honduras	0,00	1 578 052,85	1 578 052,85	0,00	708 706,15	708 706,15
El Salvador	0,00	2 699,20	2 699,20	0,00	554 770,32	554 770,32
Sub-total	0,00	36 972 850,65	36 972 850,65	0,00	22 532 911,98	22 532 911,98
Total Geral	0,00	123 050 274,44	123 050 274,44	32 500,00	104 129 536,01	104 162 036,01

19 PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos períodos de 2023 e 2022 foram como segue:

(valores em euros)

Provisões	2023	2022
Garantias a clientes		
Saldo inicial	47 004,55	92 507,86
Reversões	0,00	45 503,31
Saldo final	47 004,55	47 004,55
Contratos onerosos		
Saldo inicial	153 694,27	321 981,12
Aumento	9 578,28	65 445,74
Reversões	126 516,83	227 591,70
Outras regularizações	-27 177,44	-6 140,89
Saldo final	9 578,28	153 694,27
SALDO GLOBAL FINAL	56 582,83	200 698,82

(valores em euros)

Provisões	2023	2022
Garantias a clientes		
Reversões	0,00	45 503,31
Contratos onerosos		
Aumento	9 578,28	65 445,74
Reversões	126 516,83	227 591,70
Saldo final	-116 938,55	-207 649,27

20 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de Dezembro de 2023 a empresa tem dois processos fiscais com a Autoridade Tributária relativamente a IRC dos anos de 2015 e 2017, no valor de 228.869,65€ e 223.661,95€, respetivamente, no entanto, não se prevê que estas situações resultem em impacto negativo no futuro.

No obstante, para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos à dívida de IRC de 2015 e 2017, foram emitidas duas garantias bancárias, a favor da Autoridade Tributária, cujo valor, a 31 de dezembro de 2023, ascendia a 124 e 283 milhares de euros, respetivamente.

21 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Resultado antes de Impostos	3 267 512,52	648 965,20
Acréscimos à matéria colectável	864 425,37	552 632,80
Deduções à matéria colectável	584 046,48	504 058,36
Lucro/Prejuízo Fiscal	3 547 891,41	697 539,64
Dedução de Prejuízos Fiscais	0,00	0,00
Matéria Colectável	3 547 891,41	697 539,64
Coleta	745 057,20	146 483,32
Derrama Estadual	61 436,74	0,00
DTJI - art. 91	-806 493,94	-144 484,94
Benefícios Fiscais	0,00	-1 998,38
Derrama	41 791,50	7 589,12
DTJI - Países com CDT e quando DTJI → Coleta	-8 200,62	0,00
Tributação Autónoma	203 097,25	224 542,06
Estimativa imposto corrente do exercício	236 835,09	376 616,12
Imposto diferido	32 468,79	48 156,44
Ajustamentos estimativas ex. anteriores	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento	269 303,88	424 772,56
Taxa média	7,59%	60,90%

O imposto corrente, em 2023, foi significativamente influenciado por deduções que resultam da dupla tributação jurídica internacional (sucursais). A este respeito importa destacar que, não obstante a dedução em 2023 transita, ainda, um valor considerável de reporte para exercícios seguintes. Em face do referido, a estimativa do imposto corrente, resultou do somatório dos valores das tributações autónomas e da derrama, subtraído

da dupla tributação jurídica internacional (países com CDT).

O imposto diferido, em 2023, ficou a dever-se a vários fatores, nomeadamente, ao reconhecimento de reservas de reavaliação, à alteração dos montantes das provisões para contratos onerosos e das garantias a clientes, e ao impacto do lucro imputado não distribuídos de empresas participadas e de ACEs.

Benefícios Fiscais

CFEI II

A Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, da Assembleia da República, procedeu à 2ª alteração do OE 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março). Esta lei aprova, no seu artº 16, o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), nos termos do seu anexo V.

O CFEI II aplica-se a investimentos em ativos de exploração realizados entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. Abrange todos os setores de atividade. Não está sujeito a regras de auxílios minimis. Traduz-se numa dedução direta à coleta de 20% do investimento realizado até ao limite de 70% da coleta. O que não puder ser deduzido no próprio exercício, pode ser deduzido nos 5 exercícios seguintes.

Em 2020, a empresa investiu entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2020 a importância de 2.034.631,21€, à qual correspondia um benefício total de 406.926,24€. No entanto, por lapso, a empresa declarou um investimento menor, tendo apenas usufruído de uma dedução à coleta no montante de 180 595,62€. Tal situação foi objeto de reclamação graciosa, a qual foi favorável à empresa sendo que esta terá direito ainda a uma dedução no valor de 226.330,62€.

Em 2021 a empresa investiu entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021 a importância de 644 490,45€, cujo benefício foi de 128 898,09€, a reportar para o exercício seguinte, conforme abaixo indicado:

Ano de investimento	Investimento valor aquisição	Dedução à coleta 20%	Dedução à coleta do exercício	Saldo que transita para período seguinte
2021	644 490,45	128 898,09	0,00	128 898,09

IFR

A empresa, em 2022, incorreu em investimentos suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Incentivo Fiscal à Recuperação, ao abrigo do artigo 307º do OE 2022, sendo que o valor do benefício fiscal ascendeu a 255.417,41€. Em virtude de não ter sido ainda deduzida qualquer parcela deste montante, o mesmo continua em reporte para o exercício seguinte.

SIFIDE

De acordo com a Lei que rege o SIFIDE II (Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 junho, aprovado em Diário da República, 1.ª série – N.º 114 – 17 de junho de 2013).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 65.655,24 €, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014, tendo-lhe sido atribuído em março de 2023 um crédito fiscal no montante de 21.337,95€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 205.749,91 €, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014 tendo-lhe sido atribuído em fevereiro de 2024 um crédito fiscal no montante de 153.329,87 €.

Ativos e passivos diferidos (balanço)

Os ativos e passivos por impostos diferidos referem-se a:

(valores em euros)	2023		2022	
Rubrica	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões	13 528,96		44 334,36	
Reservas de reavaliação legal		7 470,58		7 074,32
Reserva de reavaliação livre		4 241 986,07		
Proveitos financeiros lucros a distribuir	5 567,21	9 141,08	5 188,53	7 495,27
	19 096,17	4 258 597,73	49 522,89	14 569,59

Em 31 de dezembro de 2023 procedeu-se à reavaliação dos edifícios, equipamentos básico e de transporte (Nota 8.2). Esta reavaliação originou a criação de impostos diferidos passivos de 4 241 986,07 euros.

22 EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As cotações utilizadas para converter para euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos períodos findos naquelas datas:

Cotação de fecho	31.12.2023	31.12.2022	Var.
Divisa	1 EURO	1 EURO	
USD	1,11	1,07	3,7%
Novo Leu (Roménia)	4,980	4,949	0,6%
Kwanzas (Angola)	930,960	537,570	73,2%
Meticais (Moçambique)	69,87	67,45	3,6%
Kwacha Zambiano	28,36	19,25	47,3%
CVE (Escudo Caboverdiano)	110,265	110,265	0,0%
HNL (Lempiras Honduras)	27,21	26,19	3,9%
CFA (Francos Senegal)	655,957	655,957	0,0%
NIO (Córdoba Nicarágua)	40,00	38,42	4,1%
GHS (Cedis Gana)	13,15	10,64	23,6%

O impacto das alterações das cotações cambiais na demonstração de resultados a 31 dezembro de 2023 e 2022 foram as seguintes:

(valores em euros)

Diferenças de câmbio	2023			2022		
	Positivas	Negativas	Saldo	Positivas	Negativas	Saldo
Portugal	245 170,63	152 797,29	92 373,34	337 768,27	351 932,61	-14 164,34
Sucursais						
Moçambique	410,98	630 369,44	-629 958,46	1 704 370,27	137 679,39	1 566 690,88
Zâmbia	22 834,77	1 312 920,66	-1 290 085,89	22 813,11	231 401,79	-208 588,68
Gana	5 054 557,53	5 228 400,26	-173 842,73	2 943 682,33	3 158 790,89	-215 108,56
Honduras	47 367,85	451,03	46 916,82	820,27	86 141,38	-85 321,11
El Salvador	28 304,33	0,00	28 304,33	0,00	122 311,05	-112 311,05
Nicarágua	301,43	42 363,77	-42 062,34	33,47	152 942,59	-152 909,12
Sub-total	5 153 776,89	7 214 505,16	-2 060 728,27	4 671 719,45	3 879 267,09	792 452,36
Total Geral	5 398 947,52	7 367 302,45	-1 968 354,93	5 009 487,72	4 231 199,70	778 288,02

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a seguinte decomposição:

23.1 Ativos financeiros

Cientes

As dívidas de clientes em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se assim:

(valores em euros)

Rubrica	2023	2022
Clientes:		
Clientes c/c	41 652 552,95	45 543 754,10
Clientes – retenções de garantia	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	473 623,48	1 626 745,25
Perdas por imparidades acumuladas	-473 623,48	-1 716 219,49
TOTAL	41 652 552,95	45 454 279,86

Ocorreu a reversão de uma imparidade no montante de 1.242.596,01 euros (ver nota 13).

Estado e outros entes públicos

As dívidas do estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresentam-se assim:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Ativo Corrente:		
Imposto sobre rendimento	2 140 266,11	103 772,57
Imposto sobre valor acrescentado	641 900,37	1 042 407,18
TOTAL	2 782 166,48	1 146 179,75

Reconciliação das dívidas do estado e outros entes públicos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Impostos sobre rendimento	2 140 266,11	103 772,57
Pagamentos por conta	117 642,00	231 507,00
Imposto apurado no exercício	-236 835,09	-376 616,12
Retenções na fonte	19 748,33	22 650,36
Imposto retido Estrangeiro	8 200,62	17 739,36
Imposto apurado GH	2 003 616,64	0,00
Imposto apurado SV	0,00	1 546,35
Imposto HN	146 523,52	64 005,30
Imposto Moçambique	58 847,03	78 548,62
IRC Sede - Anos anteriores	0,00	41 868,64
Imposto retido Out. Países	22 523,06	22 523,06
Imposto sobre o valor acrescentado	641 900,37	1 042 407,18
IVA - Reembolsos pedidos	641 900,37	1 042 407,18
Total	2 782 166,48	1 146 179,75

O valor de imposto sobre o rendimento mais relevante resulta do valor determinado no Gana no valor de 2.004 mil euros.

Outros Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 as rubricas Outros Créditos a receber (corrente e não corrente) tinham a seguinte decomposição:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Ativo Corrente:		
Adiantamentos ao pessoal	29 588,38	28 662,62
Devedores por acréscimo de rendimento	32 940 893,62	23 244 185,81
Outros devedores	6 529 236,04	4 714 359,33
Retenções Garantias de clientes	1 298 624,03	1 662 962,27
Estado	167 693,61	1 714 544,65
Outros	5 062 918,40	1 336 852,41
TOTAL	39 499 718,04	27 987 207,76

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Devedores por acréscimo de rendimentos” incluem um montante de 32.857 e 22.611 milhares de euros, respetivamente, resultante da aplicação do método do grau de acabamento.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de diferimentos tinha a seguinte decomposição:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Ativo Corrente:		
Gastos a reconhecer	1 190 401,48	674 181,10

As principais rubricas de gastos a reconhecer resultam dos custos associados com garantias bancárias e seguros, no montante de cerca de 505 mil euros e 300 mil euros, respetivamente.

Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outros ativos financeiros tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2023	2022
Ativo Corrente:		
Explorer Growth fund	143 489,88	143 489,88

Este investimento não é estratégico, e pressupõe-se a sua alienação no médio prazo.

23.2 Passivos financeiros

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de fornecedores tinha a seguinte decomposição:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Passivo corrente:		
Fornecedores c/c	38 637 589,25	31 320 133,23
Fornecedores - títulos a pagar	859 552,54	1 179 078,27
TOTAL	39 497 141,79	32 499 211,50

Adiantamento de clientes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de adiantamento de clientes tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2023	2022
Passivo Corrente:		
Adiantamento de clientes	5 075 639,99	8 476 597,01

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Passivo corrente:		
Retenção I. sobre rendimento	197 997,99	257 745,58
Contribuição para a S. Social	1 909 351,16	2 370 282,34
TOTAL	2 107 349,15	2 628 027,92

No final de 2023 existiam em acordo de pagamento com a segurança social o montante de 1.069 mil euros.

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
No Passivo não corrente:		
Empréstimos bancários	6 112 154,89	7 980 169,56
Outros Financiamentos	7 921 859,97	3 933 508,20
Locações financeiras	1 227 858,08	2 138 767,26
Empréstimo Obrigacionista	1 800 000,00	3 000 000,00
Sub-total	17 061 872,94	17 052 445,02
No Passivo corrente:		
Empréstimos bancários	3 373 431,32	3 068 261,32
Outros Financiamentos	18 592 236,14	11 681 603,60
Locações financeiras	1 061 021,52	1 194 680,73
Empréstimo Obrigacionista	1 200 000,00	0,00
Papel Comercial	5 000 000,00	4 000 000,00
Participantes de capital	0,00	13 996,22
Sub-total	29 226 688,98	19 958 541,87
TOTAL	46 288 561,92	37 010 986,89

O aumento dos financiamentos obtidos em 9.278 milhares de euros deve-se, principalmente à inclusão do factoring (7.171 milhares de euros), anteriormente contabilizado em adiantamento de clientes e da inclusão do confirming (3.652 milhares de euros) anteriormente contabilizado em fornecedores.

A taxa de juro média que resulta da relação dos juros suportados face aos financiamentos obtidos, no período foi de 7,9% (4,8 % em 2022).

Os financiamentos obtidos que têm plano de reembolso definidos apresentam os seguintes prazos de reembolso:

(valores em euros)

Rubrica	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Plano de reembolso:						
Empréstimos bancários médio e longo prazo	3 373 431,32	2 945 677,09	2 188 699,96	577 777,84	300 000,00	100 000,00
Factoring	433 333,32	433 333,32	433 333,32	433 333,32	433 333,32	252 777,97
Locações financeiras	1 061 183,30	711 327,39	358 799,32	157 569,59	0,00	0,00
Papel Comercial	0,00	5 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo Obrigacionista	1 200 000,00	1 200 000,00	600 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6 067 947,94	10 290 337,80	3 580 832,60	1 168 680,75	733 333,32	352 777,97

Os financiamentos obtidos considerados no quadro acima incluem aqueles para os quais existem um plano de pagamento programado, sendo, por isso, excluídos os financiamentos obtidos cuja amortização estará dependente de recebimentos de clientes (factoring) ou emissão de faturas (empréstimos associados a obras de construção).

Relativamente ao contrato relativo ao Papel Comercial, o programa vigora pelo prazo de um ano, podendo ser prorrogado até 3 anos, sendo que o seu vencimento está previsto para 2025.

Relativamente às garantias prestadas, ver nota 24 do presente Anexo.

Os *covenants* associados a alguns contratos são, no essencial, correspondentes a: *Owership clause*, *Negative Pledge* e *Pari-passu*.

Em 2022 e 2023 procedeu-se à compensação do financiamento de 3,5 MUSD e 2,9 MUSD, respetivamente, com o seu colateral de igual montante em depósitos a prazo. Em 2022 e 2023 considerou-se sem recurso o financiamento de uma remessa de exportação do Gana no montante de 2,2M€ e 2,4M€, respetivamente, para a qual existe um seguro de crédito com garantia do estado português.

Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Rubrica	2023	2022
Outras dívidas a pagar não correntes:		
Adiantamento de clientes	0,00	2 419 444,37
Outros credores	1 854 725,84	1 836 526,42
TOTAL	1 854 725,84	4 255 970,79
Outras dívidas a pagar correntes:		
Remunerações a pagar	38 600,38	3 046,20
Credores por acréscimos gastos	2 198 401,39	2 084 679,32
Outros credores	2 866 094,90	3 336 597,36
Resultados atribuídos a acionistas	12 908,29	14 468,88
Outras operações com acionistas		
TOTAL	5 116 004,96	5 438 791,76

Credores por acréscimos de gastos referem-se, no essencial, a estimativa de férias e subsídio de férias, a liquidar em 2024.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Rubrica	2023	2022
No passivo corrente:		
Rendimentos a reconhecer	1 083 382,63	2 095 270,92

O saldo decorre da aplicação do método da percentagem de acabamento, sendo que principal contributo para este valor resulta do rendimento a reconhecer da obra das Honduras com 792 mil euros.

24 Garantias E COMPROMISSOS

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a terceiros, como segue:

(valores em euros)

Rubrica	2023	2022
Garantias	54 949 488,16	55 889 211,99
Seguros de caução	47 066 028,00	34 037 488,00
Total	102 015 516,16	89 926 699,99

As garantias bancárias e seguros de caução foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos à dívida de IRC de 2015 e 2017, foram emitidas duas garantias bancárias, a favor da Autoridade Tributária, cujo valor, a 31 de dezembro de 2023, ascendia a 124 e 283 milhares de euros, respetivamente.

Hipotecas

Para garantia da globalidade dos empréstimos de curto, médio e longo prazo, bem como garantias bancárias prestadas pelo Banco Santander Totta, foi onerado o edifício da Sede da Empresa, através de hipoteca a favor deste banco, pelo montante de 18.763.000,00€..

25 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de capital próprio eram as seguintes:

(valores em euros)

Rubrica	2023	2022
Capital subscrito	5 000 000,00	5 000 000,00
Acções (quotas) próprias	(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais	1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas	10 674 001,94	9 610 110,19
Resultados transitados	12 797 795,01	13 013 428,46
Excedentes de revalorização	17 771 521,36	16 222 471,58
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	(19 349 097,99)	(18 864 405,86)
Resultado líquido do período	27 394 220,32	25 481 604,37
	2 998 208,64	224 192,64
	30 392 428,96	25 705 797,01
TOTAL CAPITAIS PROPRIO	30 392 428,96	25 705 797,01

Capital subscrito

O capital social da empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado e está representado por 1.000.000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras

reservas, ou incorporadas no capital. Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Reserva legal era de 1.000.000,00€, encontrando-se totalmente constituída segundo a legislação comercial.

Outras reservas

A variação ocorrida entre 2023 e 2022 no montante de 1.063.891,75 euros resulta da transferência dos valores do excedente de reavaliação legal ao abrigo do decreto-lei 49/91 e 264/92, por se encontrarem realizados nos termos da regulamentação contabilística aplicável. Esta reserva só pode ser utilizada em aumentos de capital.

Excedente revalorização

O excedente de revalorização apresentado resulta das reavaliações identificadas na nota 8.2 deduzido do respetivo imposto diferido passivo.

De notar que em 2023 os valores dos excedentes ao abrigo de diplomas legais, já realizados nos termos da regulamentação contabilística aplicável, foram reclassificados para a conta de reservas, só podendo ser utilizados em aumentos de capital.

Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O valor apresentado nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, no montante de -19.349.097,99€ e -18.864.405,86€, corresponde aos ajustamentos efetuados às participações financeiras detidas pela empresa, resultante da aplicação do MEP (método da equivalência patrimonial) ao longo dos anos.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de julho de 2023, foram aprovadas as contas do período 2022 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante 224.192,64€ (duzentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e dois euros e sessenta e quatro cêntimos) fosse levado para Resultados Transitados.

26 GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos desenvolviam-se da forma seguinte em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Rendimentos e ganhos pela aplicação método equivalência patrimonial	87 885,70	63 118,92
Outros rendimentos e ganhos	0,00	32 156,93
Dividendos obtidos	83 204,56	93 389,45
Gastos e perdas pela aplicação do método da equivalência patrimonial	-26 069,68	-6 185,62
Outros gastos e perdas	-1 013,54	0,00
TOTAL	144 007,04	182 479,68

27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o valor dos Fornecimentos e serviços externos registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Subcontratos	39 650 901,38	41 145 846,94
Trabalhos especializados	1 977 233,50	3 107 964,40
Publicidade e propaganda	29 008,19	23 893,10
Vigilância e segurança	657 801,16	589 411,10
Honorários	21 864,04	11 490,54
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	1 851 248,65	1 218 113,13
Ferramentas e utens desg rap	549 899,79	208 684,01
Livros e doc técnica	7 847,18	8 980,91
Material de escritório	52 408,96	63 125,92
Artigos para oferta	39 863,59	18 704,98
Material limp, hig e conforto	23 383,32	35 160,31
Outros materiais	11 436,79	11 837,73
Eletricidade	208 176,44	262 244,75
Combustíveis	143 852,22	169 391,70
Água	82 333,77	76 425,09
Óleos	6 056,35	13 110,95
Gás	14 859,82	14 322,02
Deslocações e estadas	2 813 201,03	2 540 648,76
Transportes de pessoal	1 604,75	1 078,50
Transportes de mercadorias	4 648,05	16 065,27
Outros transportes	54 481,09	129 840,73
Rendas e alugueres	5 663 682,11	5 110 121,13
Comunicação	106 836,72	128 906,42
Seguros	834 367,25	817 372,07
Contencioso e notariado	331 130,76	310 579,63
Despesas de representação	23 804,61	27 845,75
Limpeza. Higiene e conforto	96 741,10	101 290,46
Outros serviços	176 151,88	126 745,75
TOTAL	55 434 824,50	56 289 202,05

28 GASTOS COM O PESSOAL

28.1. Os gastos com o pessoal contabilizados nos períodos de 2023 e 2022 foram os seguintes, de forma desagregada:

(valores em euros)		
Rubrica	2023	2022
Remunerações órgãos sociais	361 300,03	343 071,07
Remuneração do pessoal	14 497 965,69	13 281 644,27
Indeminizações	130 658,01	56 962,48
Encargos sobre remunerações	2 758 581,03	2 651 446,87
Seguros de acid trab doenç prof	222 610,68	225 208,20
Gastos de acção social	103 730,34	128 364,38
Outros gastos com pessoal	68 023,85	72 927,05
TOTAL	18 142 869,63	16 759 624,32

O número médio de trabalhadores em 2023 em Portugal foi de 394, 48 em Moçambique, 18 na Zâmbia, 3 nas Honduras e 261 no Gana.

28.2. Em 2023 as remunerações dos órgãos sociais foram de:

Conselho de administração	361 300,03€
Conselho fiscal	3.000,00€

29 OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

Durante o período de 2023 e 2022 foram evidenciados outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas de acordo com a desagregação seguinte:

(valores em euros)

Rubrica	2023	2022
Outros rendimentos:		
Rendimentos suplementares	2 118 299,61	1 982 396,47
Desc pronto pag obtidos	1 090,47	2 403,87
Diferenças de Câmbio Favoráveis	5 398 947,52	5 009 487,72
Outros rendimentos e ganhos	215,83	31 500,00
Rend e ganh inv não financ	266 762,88	195 515,01
Juros obtidos	89 705,28	211 161,62
Outros	1 993 654,10	318 179,05
Dos quais:		
Corr relat.exec ant.	18 155,55	157 027,10
Outros n. especificados	50 117,16	116 209,92
Benefícios de Penalid. Contrat.	960 700,81	0,00
Recuperação desp. Financ.	863 080,96	0,00
Excesso estimativa impostos	101 599,62	41 868,64
Outros	0,00	3 073,39
TOTAL	9 868 675,69	7 750 643,74
Outros gastos:		
Impostos	458 872,58	423 138,27
Desc pronto pag concedidos	259,62	166,77
Juros de mora e compensatórios	106 427,86	107 064,87
Outros juros	424 550,93	288 611,86
Diferenças de câmbio desfavoráveis	7 367 302,45	4 030 983,31
Outros gastos e perdas financiamento	636 909,25	763 077,05
Outros	1 173 663,15	1 583 186,75
Dos quais:		
Correções exerc anteriores	428 418,83	1 173 623,45
TOTAL	10 167 985,84	7 196 228,88

As diferenças cambiais encontram-se identificadas por geografia na nota 22.

Outras rubricas relevantes, nos rendimentos, os proveitos suplementares que resultam de atividades em obra (mão-de-obra, gásóleo, máquinas, materiais, etc.) e do lado dos gastos as despesas com garantias bancárias das obras.

30 JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Nos anos de 2023 e 2022 registaram-se juros e gastos similares nos valores e com a desagregação abaixo referidos:

(valores em euros)		
Juros e custos similares:		
Juros suportados	3 640 716,10	1 785 223,01
Diferenças câmbio ref fin obtidos	0,00	200 216,48
Outros gastos e perdas de financ		
Relativos a financ obtidos	1 667 777,99	1 463 127,01
TOTAL	5 308 494,09	3 448 566,50

31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se ainda que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A remuneração atribuída ao órgão de fiscalização foi de 20.400,00 € em 2023 igual ao valor de 2022.

32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos até à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, exceto o facto do clima de incerteza no plano internacional, em virtude do agravamento das tensões geopolíticas à escala global e em particular, dos conflitos militares na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Por ora, o impacto destas guerras já se fez sentir com a revisão em baixa das projeções para os principais parceiros da economia portuguesa, em especial na Área do Euro (AE), e, desta forma, penalizando o crescimento da procura externa dirigida à economia nacional. Por outro lado, as decisões recentes de política monetária do BCE, de manutenção das taxas de juro em níveis ainda elevados, não obstante a expectativa de estas poderem começar a diminuir durante a segunda metade do ano, deverão continuar a condicionar a procura interna, nomeadamente adiando decisões de investimento e consumo e promovendo uma maior poupança por parte das famílias por motivos de precaução. A atenuar estas condicionantes importa salientar, por um lado, a expectativa de uma aceleração na absorção dos fundos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja execução deverá atingir o seu pico máximo em 2026, e, por outro lado, a manutenção de uma trajetória descendente na taxa de inflação para valores que se vão aproximando do objetivo de política monetária do BCE (taxa de inflação em torno dos 2%), o que beneficiará o rendimento disponível real das famílias e, consequentemente, os seus níveis de consumo. No médio prazo, e na ausência de choques adicionais, projeta-se que a economia portuguesa cresça 2,0% em termos reais.

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. está a acompanhar de perto a evolução da situação. Contudo e como ainda estamos numa fase de constante mudança, grande indefinição e incerteza, teremos que ser prudentes, sobretudo porque desconhecemos o que ainda nos espera da evolução desta guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito na Faixa de Gaza na Economia Mundial. No entanto, a administração está convicta que a Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso o dos pressupostos de continuidade das operações na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023, tal como descrito na nota 3.1.

33 MATÉRIAS AMBIENTAIS

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carácter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 216 185,76 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

34 OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação de resultados

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. no período económico findo em 31 de Dezembro de 2023 realizou um resultado líquido de + 2 998 208,64 Euros. A administração propõe aos acionistas que a esse resultado líquido apurado seja dada a seguinte aplicação:

Para resultados transitados o montante de 2 998 208,64 Euros
Não se procederá à distribuição de dividendos do ano 2023 aos acionistas a fim de consolidar os capitais próprios

35 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de Junho de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4.1 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da Sociedade

Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Desde a nossa nomeação, acompanhamos a atividade da empresa, tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
 - Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada representação do património e dos resultados da sociedade;
 - Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
 - Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
 - Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
 - Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade;
 - Verificámos o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
 - Avaliámos a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.
- No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração, dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas as provas e os esclarecimentos considerados necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que foi efetuado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases.

Face ao exposto, decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas da Sociedade

Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

Procedemos à ação fiscalizadora de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos do parecer que:

- a. O Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- b. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.
- c. Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Vila Nova de Famalicão, 24 de junho de 2024

O Conselho Fiscal

Presidente

José Luís Pinto de Azevedo

Vogal

Maria Gabriela Freitas Couto

Vogal

Alcino Alves Correia da Cruz

4.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 135.730.415,80 euros e um total de capital próprio de 30.392.428,96 euros, incluindo um resultado líquido de 2.998.208,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades dos órgãos de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade..

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controle interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controle interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.2, n.2 3, ai. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Trofa, 24 de junho de 2024

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
(inscrita na CMVM sob o nº 20161397)

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)

Edição

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.
Departamento de Marketing e Comunicação

Design gráfico

Sofia Martins — Departamento de Marketing e Comunicação

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.

Rua de São João de Pedra Leital, nº 1000
4770-464 Requião, Apartado 84 EC V.N.Famalicão
4761-223 V. N. Famalicão
Tel: 00351 252 308 640 PPCA
Fax: 00351 252 375 871
www.gabrielcouth.pt
cgasc@gabrielcouth.pt
Alvará de Construção nº 2490



www.gabrielcouto.pt

